

UNIVERSIDADE DE SANTO AMARO
CURSO: SERVIÇO SOCIAL

Mariana Agostinho da Luz Fernandes
Suelen Lopes da Cruz

**A efetividade das oficinas desenvolvidas no Centro de Cidadania da
Mulher na perspectiva de proporcionar a cidadania feminina**

São Paulo
2009

**Mariana Agostinho da Luz Fernandes
Suelen Lopes da Cruz**

**A efetividade das oficinas desenvolvidas no Centro de Cidadania da
Mulher na perspectiva de proporcionar a cidadania feminina**

“Trabalho de conclusão de curso apresentado para obtenção do título de bacharel em Serviço Social, da Universidade de Santo Amaro sob a orientação da Prof^a Alberta Emilia Dolores de Goes”.

Orientadora: Alberta Emilia Dolores de Goes.

**São Paulo
2009**

**MARIANA AGOSTINHO DA LUZ FERNANDES
SUELEN LOPES DA CRUZ**

**A efetividade das oficinas desenvolvidas no Centro de Cidadania da
Mulher na perspectiva de proporcionar a cidadania feminina**

Trabalho de conclusão de curso apresentado para obtenção do título de bacharel em Serviço Social, da
Universidade de Santo Amaro sob a orientação da Profª Alberta Emilia Dolores de Goes.

Data de Aprovação: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Data de Aprovação: ____/____/____

Conceito Final: _____

Dedicatória

Dedico esta pesquisa a todas as Mulheres atendidas no Centro de Cidadania da Mulher (CCM), principalmente as entrevistadas: Vicentina da Graça Salles, Maria Helena dos Santos Carvalho e Ivone Q. S. Silva, que colaboraram com o trabalho e disponibilizaram seu tempo para nos ajudar.

Mariana Agostinho da Luz Fernandes

Dedicatória

Dedico esta pesquisa a minha família e a minha amiga e companheira de pesquisa Mariana.

A equipe de técnicos que compõem o Centro de Cidadania da Mulher.

As entrevistadas Vicentina da Graça Salles, Maria Helena dos Santos Carvalho e a senhora Ivone Q. S. Silva.

Ao querido professor e diretor da Faculdade de Serviço Social da Unisa, Osmar Cavalcante.

Enfim, dedico à todas as pessoas que direta ou indiretamente ofereceram sua contribuição para possível realização desta pesquisa.

Suelen Lopes da Cruz

Agradecimentos

Agradeço a Deus que me deu força, sabedoria, saúde e serenidade, para que eu pudesse continuar. A minha mãe, meu pai e meu namorado que sempre me apoiaram nos momentos difíceis. Essas três pessoas são peças fundamentais na minha vida, sempre me ajudam e sou grata a eles.

Agradeço minha amiga Suelen Lopes, que com sua persistência me motivou para que déssemos continuidade à pesquisa.

As senhoras Vicentina da Graça Salles, Maria Helena dos Santos Carvalho e Ivone Q. S. Silva freqüentadoras do Centro de Cidadania da Mulher – CCM, que colaboraram sendo participantes da pesquisa.

E agradeço também ao querido professor e diretor do Curso de Serviço Social da Universidade de Santo Amaro, Osmar Cavalcante, a minha supervisora de estágio Eliana Rogério que com sua compreensão e carinho me ajudou abundantemente e ao meu querido amigo e professor Vagner Valentim.

Mariana Agostinho da Luz Fernandes

Agradecimentos

Ao Senhor Jesus Cristo que nos fortaleceu, porque muitas foram às adversidades encontradas no percurso.

Para todas as pessoas existem limites, mas, o Senhor na sua infinita bondade nos fortaleceu para prosseguirmos e chegar um pouco mais adiante.

A colaboração da nossa orientadora Alberta Goes. E a nossa leitora Virgínia Paes Coelho.

Ao amor, carinho e paciência de todos os familiares, pois, graças a eles tivemos força e coragem para não olharmos para a expectativa humana e prosseguirmos a caminhada.

Desta forma, aqui se registra os meus agradecimentos a todos que de certa forma, torceram muito pelo existo deste trabalho.

Suelen Lopes da Cruz

Mulher

“Você que busca no dia a dia sua independência, sua liberdade, sua identidade própria;

Você que luta profissional e emocionalmente, para ser valorizada e compreendida;

Você que a cada momento tenta ser a companheira, a amiga, a "rainha do lar";

Você que batalha incansavelmente pôr seus próprios direitos e também pôr um mundo mais justo e pôr uma sociedade sem violências;

Você que resiste aos sarcasmos daqueles que a chamam de, pejorativamente, de feminista liberal e que já ocupa um espaço na fábrica, na escola, na empresa e na política;

Você, eu, nós que temos a capacidade de gerar outro ser, temos também o dever de gerar alternativas para que a nossa Ação criadora, realmente ajude outras mulheres a conquistarem a liberdade de Ser...”

(Autor Desconhecido)

Resumo

A pesquisa irá apresentar como as mulheres ao longo da história conquistaram uma maior legitimidade, seja no mercado de trabalho, na luta pelos seus direitos ou na busca de sua cidadania. Resgata a incansável batalha pela igualdade de gênero como um tema que gera muitas divergências. Utilizamos como principais referenciais teóricos Saffioti, Teles, Faleiros e Covre.

A Cidadania significa o direito à vida no sentido pleno, direito esse que precisa ser construído coletivamente tanto na luta pelas necessidades básicas (alimentação, moradia, saúde e educação) quanto num plano mais abrangente que envolve a discussão sobre o papel da mulher enquanto cidadã na sociedade.

Este estudo teve como objetivo analisar como as políticas públicas proporcionam a cidadania e a legitimidade para as mulheres que participam dos projetos desenvolvidos no Centro de Cidadania da Mulher na Unidade Capela do Socorro.

Trata-se de um estudo de caso de abordagem qualitativa, tendo como instrumento para a coleta de dados um roteiro semi-estruturado e a pesquisa de fichas cadastrais da Instituição no período de junho 2007 a junho 2008.

Foram sujeitos da pesquisa três mulheres que freqüentam a organização há mais de um ano. A partir das fichas cadastrais traçamos um perfil das usuárias e por intermédio das entrevistas desenvolvemos a análise e interpretação de dados.

Summary

The research will go to present as the women throughout history had conquered a bigger legitimacy, either in the market of work, the fight for its rights or in the search of its citizenship. It rescues the untiring battle for the sort equality as a subject that generates many divergences. We use as main theoretical referenciais as: Saffioti, Teles, Faleiros and Covre.

The Citizenship means the right to the life in the full direction, right this that it in such a way needs to be constructed collectively in the fight for the basic necessities (feeding, housing, health and education) how much in a plan more including than it involves the quarrel on the paper of the woman while citizen in the society.

This study it had as objective to analyze the effectiveness of the services given for the CCM of the Chapel of the Aid. In what it refers to the conquest of the citizenship for women who participate of the projects.

One is about a study of case of qualitative boarding, having as instrument for the collection of data a half-structuralized script and the research of fichas you register in cadastre of the Institution in the period of June 2007 June 2008.

Three women had been citizens of the research who frequent the organization have one year more than. From the fichas you register in cadastre we trace a profile of the users and for intermediary of the interviews we develop the analysis and interpretation of data.

Sumário

Introdução.....	12
Capítulo I – A Mulher, Conquistas e Cidadania	
1 Recorte histórico sobre os papéis sociais da mulher.....	15
1.1 A inclusão feminina no mercado de trabalho.....	21
2 Conceituando Gênero.....	25
3 Cidadania.....	30
3.1 Direitos Civis.....	31
3.2 Direitos Sociais.....	32
3.3 Direitos Políticos.....	33
3.4 A Promoção da cidadania ao segmento feminino.....	34
Capítulo II – Metodologia, Análise e Interpretação dos Dados	
Metodologia.....	38
Os Centros de Cidadania da Mulher.....	40
Análise e Interpretação de Dados- Quantitativo	46
Análise e Interpretação de Dados – Qualitativo.....	52
Considerações Finais.....	68
Referências Bibliográficas.....	73
Anexos.....	76

Introdução

O tema abordado nesta pesquisa visa compreender como o Centro de Cidadania da Mulher (CCM) unidade Capela do Socorro proporciona cidadania para as usuárias que freqüentam a instituição.

O CCM é um espaço social exclusivo para as mulheres, onde são oferecidos atividades físicas, artísticas e atendimento jurídico para as usuárias que necessitem destes serviços. É um equipamento público que leva para a comunidade as discussões sobre gênero, cidadania, violência contra a mulher e os seus direitos, através de oficinas, palestras realizadas no local ou por orientações do Serviço Social ou pelo advogado plantonista.

Resolvemos desenvolver este estudo no CCM devido uma das pesquisadoras (Suelen Lopes) realizar estágio supervisionado no local. Esta, ao acompanhar os serviços apresentou inúmeras indagações, principalmente relacionadas em compreender se a cidadania que faz parte da missão da instituição se concretiza efetivamente na realidade das usuárias.

Acreditamos que a pesquisa poderá oferecer uma contribuição para o ambiente acadêmico, por se tratar de um tema complexo, que tramita pelas questões de gênero e por políticas públicas recentes e exclusivas para as mulheres. Assim como para a instituição (CCM), já que poderá dar visibilidade aos serviços e propostas oferecidas, no sentido de melhor compreensão sobre a finalidade da instituição, por se tratar de uma pesquisa acadêmica que visa relacionar os aspectos objetivos e subjetivos da realidade.

A Pesquisa possui como objetivo abordar e analisar a efetividade dos serviços prestados pelo CCM, no que se refere à conquista da cidadania das usuárias, trazer a realidade se estas ações (projetos e atividades ofertadas) possibilitam as mulheres se posicionarem de forma mais ativa diante da realidade e tornarem-se conhecedoras dos seus direitos. Objetiva também, compreender se de fato a realização da cidadania que

o CCM tem como foco proporcionar é uma realidade, a ponto de fazer com que as freqüentadoras se emancipem enquanto cidadãs. Temos ainda como objetivo do estudo considerar se a instituição promove mudanças sociais, culturais e econômicas, na vida das usuárias.

Trata-se de um estudo de caso, o qual descrevemos um contexto da realidade. A necessidade de se utilizar esta estratégia de pesquisa partiu do anseio de entender um fenômeno social complexo. E a abordagem do método realizado é a pesquisa qualitativa, pois, é baseada entre uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, essencial para a nossa análise.

A fundamentação teórica do trabalho foi subdividida em quatro eixos de fundamental relevância para oferecer uma melhor contribuição para a interpretação dos dados coletados na pesquisa: Recorte Histórico Sobre os Papéis Sociais da Mulher, Conceituando Gênero, Cidadania e a Promoção da Cidadania ao Segmento Feminino.

Partimos do pressuposto de realizarmos um levantamento histórico sobre os papéis da mulher na sociedade, suas relações sociais e conquistas; oferecendo um maior subsídio para a inclusão social da mulher. Esta temática tornou-se relevante para analisarmos como a mulher no decorrer da história vem conquistando seu espaço e como a sua posição social tem impacto na sua vida familiar e nas suas relações.

Ao conceituarmos o termo “gênero” trazemos as diferenças impostas pela sociedade, no que se refere aos papéis sociais atribuídos, tanto para os homens quanto para as mulheres.

A cidadania, por sua vez, é um assunto que gera muitas contradições (por exemplo, em relação à liberdade de expressão). Ao situarmos a cidadania nesta pesquisa, procuramos englobar os direitos sociais, civis e políticos.

A promoção da cidadania ao segmento feminino é um assunto que aborda de

que forma ela deverá ocorrer, seja por intermédio das políticas públicas ou pela necessidade de reivindicação. Implica na autonomia e na identidade do sujeito.

As políticas públicas são formas de regulação ou de intervenção na sociedade; articulam diferentes sujeitos com interesses e expectativas diversas; correspondem ao que os governos decidem fazer ou não. Portanto, elas são ações voltadas para atender os interesses sociais.

De acordo com a Secretaria de Estado da Mulher, as políticas públicas compreendem as decisões de governo em diversas áreas que influenciam a vida de um conjunto de cidadãos. Deve ser de caráter universal, dirigida a todos independente de critérios seletivos e de contribuição. São os atos que o governo faz ou deixa de fazer e os efeitos que tais ações ou a ausência destas provocam na sociedade.

É função de um Estado democrático elaborar políticas públicas que reconheçam a desigualdade de poder, entre homens e mulheres. Porque as mulheres, enquanto coletivo social está em condição subordinada na sociedade. (Silveira, 2003, p. 23).

Se avaliarmos o andamento das políticas públicas para as mulheres encontramos absoluta falta de acesso, pois falta acessibilidade às mais variadas formas de apoio, como creches, escolas em período integral, sistema de saúde de qualidade, moradias dignas e demais fatores que poderiam melhorar a qualidade de vida da mulher na sociedade. Apesar de sua importância para a segmento feminino, este tipo de política ainda é insuficiente e ineficaz.

O CCM constitui-se enquanto uma ação pública inovadora e recentemente criada para a atenção a categoria feminina. Devido à amplitude da questão, o nosso estudo será direcionado a compreensão do trabalho desenvolvido pela instituição, seus projetos e atividades, assim como a análise se as ações institucionais viabilizam a autonomia dessas mulheres, no sentido de que tornem-se mais ativas e conhecedoras dos seus direitos e como o CCM proporciona a cidadania as usuárias.

CAPÍTULO I – A Mulher, Conquistas e Cidadania

1. Recorte histórico sobre os papéis sociais da mulher

Vivemos um momento de grandes transformações e conquistas, sejam elas tecnológicas, econômicas, ou por intermédio da ampliação dos direitos sociais, porém, tudo isso ainda não conseguiu modificar a situação de desigualdade social em que se encontram as mulheres.

Num âmbito universal a mulher tem lutado para superar os problemas que estão ligados à sua condição feminina. Elas podiam aceitar a situação imposta pela sociedade patriarcal, de se dedicarem exclusivamente ao lar e a sua família, mas, enxergaram em si mesmas, condições e necessidades de capacitação para superar o que já estava imposto. E, através das suas reivindicações, lutando por seus direitos, fizeram uma grande diferença. Entretanto, com sua força de vontade e dedicação transformaram grandes barreiras e obstáculos, em conquistas.

(...) o problema social da subordinação-opressão-discriminação-exploração da mulher não está na mulher, assim como o problema étnico não está no negro ou no índio, nem o problema da terra ou de moradia está no agricultor ou no sem-terra. Está nas pretensas formas de organização e de convívio, isto é, de exploração e dominação criadas, mantidas e atualizadas pelas sociedades que, através dos tempos, legitimam a 'superioridade' e a conseqüente dominação dos homens sobre as mulheres, dos brancos sobre os negros e índios, e da classe dominante sobre a popular. (VIEZZER, 1989, p.111).

Trata-se de uma questão sociocultural e através da educação que recebem, que aprendem o que ser na sociedade. O reconhecimento da mulher na sociedade é bastante complexo. O sexo feminino para adquirir este reconhecimento busca a sua cidadania e sua autonomia, e não quer ser vista apenas como dona de casa ou por sua beleza.

“Quando se afirma que é natural que a mulher se ocupe do espaço doméstico, deixando livre para o homem o espaço público, está-se, rigorosamente, naturalizando um resultado da história”.
(SAFFIOTI, 1987, p.11).

A sociedade condiciona a vida da mulher, ou seja, ela deve casar e ter filhos; ir para o mercado de trabalho, ajudar nas despesas do lar, onde é muito difícil o seu reconhecimento; a mão de obra feminina é bastante desvalorizada e para que sua condição financeira seja superior a do homem, é necessário que se tenham uma melhor qualificação e formação.

As mulheres ainda hoje têm sua renda inferior aos salários dos homens, sofrem violência (psicológica, física, sexual, etc), enfrentam jornadas extensas de trabalho, além da dupla jornada: casa e emprego; e as suas chances de alcançar espaços de poder (social, intelectual, político, etc) são ainda reduzidas. Porém, em meio a tanta exploração vivenciada por elas no contexto atual, sua emancipação está cada vez mais em pauta, seja por suas perdas ou ganhos, no que diz respeito a sua cidadania, autonomia ou direito de igualdade.

O maior ganho sem dúvida, entretanto, foi à percepção feminina sobre o significado do trabalho, como possibilidade emancipadora em sua vida. O ingresso e a manutenção no mercado de trabalho é valorizado pelas mulheres não apenas pelas possibilidades que oferece de ascensão e prestígio, ou como decorrência da necessidade de complementar ou suprir a renda familiar. Representa para muitas mulheres também uma realização pessoal, por ser um espaço construído individualmente, no qual se sentem valorizadas como pessoas. (COELHO, 2002, p.70).

A mulher ao fazer parte do espaço público, atuando no mercado de trabalho, antes destinado somente aos homens e a ela atribuído apenas o espaço doméstico, ganha no que diz respeito a sua auto-imagem. Pois, ao estabelecer relações sociais, ao interagir no coletivo e ao aplicar seus conhecimentos, conquista desta forma, seus direitos enquanto cidadã ativa na sociedade. A sua auto-estima passa a ser valorizada, não apenas no sentido de contribuir economicamente nas despesas do lar, mas também em relação a sua ascensão e prestígio, assim como, no sentido de se sentir

“útil”. Dessa forma, segundo sua concepção, passa a ser valorizada no âmbito familiar, não apenas reproduzindo os serviços domésticos, mas, expondo formalmente sua capacidade intelectual. Podemos perceber que todas essas diferenças que tornam a vida da mulher mais simples ou mais difícil são atribuídas ao segmento feminino pela sociedade.

A mulher desde sua infância é incentivada a ser submissa e dependente, a priorizar o mundo da casa, a cuidar da família, ser obediente e não demonstrar os seus desejos sexuais. Enquanto o homem na sua infância é incentivado a ser dominador, a enfrentar os obstáculos, em não demonstrar seus medos e emoções, em exercer o poder sobre os outros em demonstrar a sua agressividade e assumir os seus desejos. (Prevenindo..., 1999, p.9).

Diante desta situação, percebemos que a cultura a qual o indivíduo está inserido, influência na diferenciação de conduta de cada sexo, seja feminino ou masculino. A mulher na sociedade é estimulada a ser reprimida, sendo subordinada ao sexo masculino. É conferindo a ela o direito de administrar o espaço privado, a ser responsável pela socialização dos filhos e não ser uma pessoa que exponha seus desejos sexuais, seus ideais e políticos e suas convicções. Entretanto, para os homens, podemos observar que suas ideologias sócio-históricas ainda permanecem fixadas no cotidiano, pois, a eles são destinado um maior espaço no que tange a autoridade (moral, intelectual ou social), além de ser o agente que se estabeleça enquanto provedor da família e que deverá ocupar os espaços públicos.

Os homens procuram apresentar-se nas mais variadas questões superiores as mulheres, seja no sentido de conter suas emoções, demonstrando e afirmando o dito popular: “homem não chora”, expondo de uma forma machista sua superioridade enquanto sexo dominante, assumindo para si a responsabilidade da manutenção financeira da família, dentre outras.

Segundo a publicação de Conceitos de Gênero no Planejamento do Desenvolvimento (1995), o exercício da autoridade masculina é tão universal que chega a ser aceita por muitas mulheres e homens como natural. Os homens são socializados para exercê-la, as mulheres são socializadas para se submeter a ela. Desta forma, fica

nítido o quanto esta relação de desigualdade, de subordinação e discriminação se reproduz na contemporaneidade, nas atividades produtivas, na família, nas responsabilidades sociais, na sexualidade, na educação, entre outras.

Desse modo, os valores passam de geração a geração, sendo cada vez mais naturalizados pela sociedade.

Dentro dessa autoridade masculina afirmada, a mulher é vista como aquela que simboliza o “sexo frágil”, que não dispõe de força física ou intelectual para se afirmar. Essa posição de subalternidade em relação ao sexo masculino se faz necessária, pois essa ideologia faz com que muitas mulheres passem a acreditar que sua inferioridade é legítima, que devem apenas aceitar, não cabendo a elas o direito de questionar o padrão estabelecido, apenas reproduzir, pois sua cultura já determinou os papéis sociais de cada indivíduo na sociedade.

(...) está no terreno do pré-conceito quando se diz que a mulher é mais fraca ou menos inteligente que o homem. Objetivamente, nada há que prove estas afirmações. (...) estes pré-conceitos são úteis porque acabam atuando como “*profecia auto-realizadora*”. Ou seja, negros e mulheres, assim como todas as categorias sociais discriminadas, de tanto ouvirem que são inferiores aos brancos e aos homens, passam a acreditar em sua própria “inferioridade”. (SAFFIOTI, 1987, p. 29).

Sendo assim, aquelas mulheres que realmente acreditam na veracidade de sua incapacidade, que elas realmente são inferiores aos homens e estes são superiores a elas, tornam-se pessoas que não se emancipam enquanto cidadãs, pois a exclusão da cidadania da mulher está ligada diretamente à cultura vigente.

As mulheres ao se tornarem mais instruídas com o passar dos anos conquistam com ajuda dos movimentos feministas, a partir da década de 70, alguns direitos. Passam a exigir como responsabilidade do Estado e da sociedade o enfrentamento das desigualdades, direitos e respeito às diferenças.

Desde a década de 1970, estes movimentos reivindicam visibilidade da discriminação histórica contra as mulheres, e exigem direitos, igualdade e respeito às diferenças. Querem decidir o que é melhor para o corpo, a

sexualidade e ter direito ao poder de decisão com autonomia e dignidade. (TELES, 2006, p.41 e 42).

No decorrer dos anos podemos visualizar importantes conquistas¹ que beneficiaram o segmento feminino, no sentido, político, social e legal:

- ✓ Na década de 30, o governo de Getúlio Vargas promulgou o novo Código Eleitoral pelo Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro, garantindo finalmente o direito de voto às mulheres brasileiras. Mesmo assim, a conquista não foi completa. O código permitia apenas que mulheres casadas (com autorização do marido), viúvas e solteiras com renda própria pudessem votar. Com esta conquista elas passaram a ter uma importante participação na vida política, assim, assegurou-se o seu direito à cidadania e legitimou-se o seu papel enquanto agente transformador na sociedade.
- ✓ Nos anos 50, as mulheres marcam presença efetiva nos movimentos políticos.
- ✓ Em 60, o surgimento da pílula anticoncepcional, no início da década, foi responsável por um comportamento sexual feminino mais liberal. Porém, elas também queriam igualdade de direitos, de salários, de decisão. Até o sutiã foi queimado em praça pública, num símbolo de libertação.
- ✓ Os efeitos da maternidade na vida profissional das mulheres eram evidenciados até a década de 70, pela diminuição das taxas femininas de atividade a partir dos 25 anos, quando, presumivelmente, os filhos eram

¹ Informações disponíveis em:

<http://almanaque.folha.uol.com.br/anos60.htm>

http://www.fcc.org.br/mulher/series_historicas/mtf.html

<http://www.violenciamulher.org.br>

<http://www.cfh.ufsc.br/fazendogenero/grupos/grupos51.htm>

ainda pequenos. E com destaque para a participação das mulheres no mercado de trabalho, pois, esta conquista tem apresentado uma espantosa progressão. Se em 1970 apenas 18% das mulheres brasileiras trabalhavam, chega-se a 2002 com metade delas em atividade.

- ✓ Na década de 80, o trabalho desenvolvido pelas mulheres passa a ser tão importante quanto o cuidado com os filhos. Esta é marcada pelos movimentos que tinham como bandeira o tema "violência contra a mulher". Surge no ano de 1985 na cidade de São Paulo durante o governo Franco Montoro, a primeira delegacia da mulher, que constitui uma das principais políticas públicas de combate e prevenção à violência. Foi fruto do contexto político de redemocratização, bem como dos protestos do movimento de mulheres contra o descaso com que o Poder Judiciário e os distritos policiais – em regra, lotados por policiais do sexo masculino – lidavam com casos de violência doméstica e sexual nos quais a vítima era do sexo feminino. Ganha fôlego o SOS - Mulher, que se traduziria, em seguida, na criação de delegacias especiais de atendimento à mulher. E com a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

- ✓ Na década de 90, as mulheres brasileiras consolidaram duas novas realidades: fortaleceram a sua participação no mercado de trabalho e aumentaram a responsabilidade pelo comando das famílias. É aprovada a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, conhecida como a Convenção de Belém do Pará. Inicia-se a articulação das mulheres brasileiras para a redação do documento reivindicatório para a IV Conferência Mundial das Nações Unidas sobre a Mulher, realizada em Beijing, China, no ano seguinte. Foram realizados 91 eventos, envolvendo mais de 800 grupos femininos em todo o país.

Percebemos que as mulheres ao se caracterizarem como uma categoria historicamente discriminada, apesar de suas opressões e repressões perante a

sociedade, lutam por seus direitos, pela conquista de espaços e por posições que a legitimam enquanto cidadãs. Essas conquistas são formas de obter empoderamento, processo ao qual valida o seu poder e autoridade enquanto cidadã, no sentido de buscar a superação e transformação das desigualdades sociais. Entretanto, estes direitos adquiridos não se limitam a sua cidadania plena, pois, diversas questões ainda estão em pauta, como por exemplo, a legalização do aborto, que ainda vem sendo muito discutida.

1.1 A inclusão feminina no mercado de trabalho

Segundo Eugenia Troncoso Leone² (1999), a participação da mulher no mercado de trabalho brasileiro intensificou-se a partir da década de 70, em um contexto de expansão da economia com o acelerado processo de industrialização e crescente urbanização. Prosseguiu na década de 80, apesar da estagnação da atividade econômica, pelos baixos investimentos e pela terceirização da economia, mas continuou a tendência crescente da incorporação da mulher como força de trabalho.

A inserção das trabalhadoras nas indústrias brasileiras era visto pelas diversas categorias de peso da época (médicos, jornalistas, militantes políticos e policiais) como “moças desprotegidas e emocionalmente vulneráveis”, aos olhos da sociedade. Mulheres que não eram consideradas capazes intelectualmente, politicamente e socialmente de intervir na realidade.

Para os jornalistas, as mulheres que viviam na sociedade na época eram consideradas frágeis e infelizes, para os patrões, perigosas, para os militantes políticos, eram vistas como passivas e inconscientes, para os médicos e juristas, perdidas e degeneradas. (PRIORE, 2007, p.14)

Dentro deste universo, fica claro que o sexo masculino teve grande participação na construção da identidade atribuída às mulheres. O quanto sua auto-imagem era conferida como pessoas desqualificadas moralmente, tanto que todas estas afirmações

² Eugenia Troncoso Leone . Trabalho e Gênero: mudanças, permanências, e desafios. Campinas: ABEP, NEPO / UNICAMP E CEDEPLAR / UFMG / São Paulo.

se reproduziram como uma idéia não verdadeira no decorrer dos anos, causando um grande impacto para a categoria feminina no mercado de trabalho.

Sua participação mais ativa nestas atividades intensificou-se graças a diversos fatores, que contribuíram de uma forma negativa ou positiva para a mulher conquistar paulatinamente seu espaço no mercado.

A diminuição do número de filhos, a expansão da escolaridade, necessidades econômicas, aumento das separações e de famílias chefiadas por mulheres também as impulsionaram para atividades remuneradas. (BRUSCHINI, 2000, p.55).

Estas características reforçam o quanto estes aspectos foram importantes e até decisivos para as mulheres na sua inserção no mercado trabalho. Mesmo sua renda não lhe proporcionando uma qualidade de vida estável financeiramente, pois de certa forma ela irá contribuir e arcar com os gastos da família e a defender o nível socioeconômico adquirido, evitando maior deteriorização na sua situação de bem estar. Seus rendimentos são considerados de fundamental importância para a estrutura e manutenção do lar.

Entretanto, apesar do avanço das mulheres no espaço público, suas dificuldades ainda são bem visíveis no que diz respeito à conciliação do trabalho versus as atividades domésticas.

(...) As relações de trabalho na interseção com a vida doméstica, a falta de infra-estrutura pública e a segregação ocupacional, são fatores conjugados que dificultam e criam impedimentos, exigindo esforço adicional das mulheres para se manterem no emprego. (COELHO,2002, p. 66).

As mulheres necessitam de uma política de apoio que proporcione essa relação de trabalho com a vida doméstica mais favorável, já que se delegou a ela a ordem do lar. É necessária a criação de mais creches e lavanderias públicas, por exemplo, no sentido de facilitar as suas atividades enquanto mãe / profissional.

Em relação aos campos profissionais, as mulheres têm a livre opção de escolha para decidir em que área gostariam de atuar enquanto profissão. Porém, dependendo

da sua preferência, ao procurar um emprego certamente irá se deparar com o machismo predominante existente em determinadas profissões.

Há campos profissionais, por exemplo, destinados, exclusivamente ou quase, aos homens. A mulher pode estudar Engenharia Civil, como pode estudar Geologia. Mas quando chega o momento de procurar emprego, enfrentará, seguramente, a discriminação. “Não fica bem para uma mulher freqüentar uma obra e lidar com peões da construção civil” diz-se. Tampouco é reconhecida como própria para uma mulher a profissão de geóloga. (SAFFIOTI, 1987, p. 71).

É evidente que mesmo as mulheres se especializando e buscando ampliar os seus conhecimentos, algumas profissões ainda são vistas como exclusivas para os homens. Os ideais machistas e discriminatórios indicam o que compete às mulheres e o que compete aos homens, essas questões ainda são bem evidentes na hora de se procurar um emprego.

De acordo com Coelho³ (2002), o avanço das conquistas femininas em questões referentes ao trabalho, pode ser observado de forma visível na Carta Magna, aprovada em 1988, com a eliminação de mecanismos que geram discriminação, a proibição do trabalho noturno, perigoso e insalubre, a extensão dos direitos trabalhistas às empregadas domésticas, o entendimento da maternidade como função social, ampliando a licença maternidade, a criação da licença paternidade e a extensão do direito de creche para os filhos de trabalhadores de ambos os sexos. Ante a manutenção da discriminação, a Carta propõe que sejam criadas estratégias que promovam a proteção à mulher no mercado de trabalho.

Segundo os dados do IBGE (2000), as mulheres estão se tornando cada vez mais representativas em suas participações nas relações sociais, apesar de encontrarem dificuldades em alguns segmentos. Nota-se um acréscimo de mulheres tornando-se chefes de família, o seu nível de formação está cada vez mais elevado e evidencia-se uma menor quantidade de filhos por família.

³ Coelho, Virginia Paes. Revista Serviço Social e Sociedade 71, In: O Trabalho da Mulher, relações familiares e qualidade de vida. Pg 71 e 72.

As famílias comandadas pelas mulheres passaram de 18% para 25% do total. As chefes de família aumentaram também sua escolaridade, de 4,4 para 5,6 anos de estudos - ainda baixo. Outra dificuldade a ser vencida é o analfabetismo, que está em torno de 20%. A média de filhos por mulher caiu para 2,3. Há 40 anos, eram 6,3 filhos. (IBGE, 2000).

A inclusão das mulheres no mercado de trabalho ocorre numa primeira instância, de uma forma discriminatória, sendo a sua capacidade intelectual essencial para desmistificar idéias conservadoras, de que elas podem exercer apenas determinadas profissões. A constante necessidade de articular papéis familiares e profissionais limitam a disponibilidade das mulheres para o trabalho, que depende de uma complexa combinação de características pessoais e familiares, como o estado conjugal e a presença de filhos, associados à idade e à escolaridade da trabalhadora, assim como a característica do grupo familiar, como o ciclo de vida e a estrutura familiar. Fatores como esses afetam a participação feminina, mas não a masculina, no mercado de trabalho.

2 Conceituando Gênero

O conceito de gênero enquanto uma categoria de análise foi resultado dos movimentos feministas que objetivaram essa conquista para avançar na construção de preposições progressistas capazes de alcançar uma sociedade igualitária e justa. O feminismo visando à mudança do pensamento patriarcal, com o objetivo de mudar a realidade da desigualdade entre os sexos, propõe mudanças de transformações sociais na sociedade.

Segundo Teles (2006), a necessidade de estabelecer gênero para se traçarem estratégias políticas ou se desenvolverem trabalhos acadêmicos vem da força dos movimentos feministas que lograram denunciar a realidade de exclusão social das mulheres e exigir responsabilidade do Estado e da sociedade no enfrentamento desta situação. Na década de 80, começa a ser usada a expressão gênero, como um instrumento capaz de detectar e dimensionar as desigualdades e os conflitos entre os sexos. No Brasil, o uso de gênero se tornará visível nos anos de 1990.

Para contextualizar a história da mulher na sociedade é preciso situar as relações de gênero e suas diferenças socialmente impostas entre os papéis masculinos e femininos.

“A palavra gênero vem do latim e quer dizer classe ou espécie. Pode servir como categoria gramatical para designar se a palavra pode ser classificada em feminina, masculina ou neutra”. (TELES, 2006, p.38).

Gênero é um importante instrumento de análise das condições das mulheres, porém, não podemos limitar este conceito apenas as mulheres. Ele é usado tanto para distinguir e descrever as categorias mulher e homem, como para examinar as relações estabelecidas entre eles.

Gênero traz uma característica relacional. Não se trata apenas das mulheres, mas inclui as relações entre as próprias mulheres, entre os próprios homens, assim como as relações entre mulheres e homens. Por isso, não se pode confundir o termo gênero com mulher. (TELES, 2006. p.44).

Ao classificar homens e mulheres no que diz respeito à questão biológica, usamos o termo “sexo” o que não se iguala ao gênero, precisamos ter claro a definição deste conceito, uma vez que ele é um instrumento de análise da realidade.

Sexo é biológico e distingue o macho e a fêmea da espécie. Na espécie humana o sexo classifica as pessoas em homens e mulheres. **Gênero**, no entanto, é cultural, pressupõe assumir e desempenhar papéis e funções nas relações com outras pessoas. Portanto, ser masculino ou feminino não é consequência de ter nascido menino ou menina, mas de ter assumido essa condição na relação com os outros. (CANOAS, 1997, p.49).

A maneira de ser homem ou de ser mulher é construída por nós, pela sociedade. Nesta concepção de gênero, homens e mulheres são produtos da realidade social e não apenas da natureza.

Gênero, no entanto, se conceitua em conjuntos de relações, atributos, papéis, crenças e atitudes que definem o que significa ser mulher ou homem na vida social.

A sociedade impõe de forma arbitrária diferentes papéis, baseados em seus sexos. Este fenômeno é conhecido como papéis de gênero: modos de ser e de interagir como mulheres e homens, que são moldados pela história, ideologia, cultura, religião e pelo desenvolvimento econômico. Os papéis de gênero são aprendidos. Eles diferem de uma sociedade para outra, de um lugar para outro e variam de acordo com a época. (GÊNERO..., 1995, p. 15).

Através dos papéis de gênero que podemos identificar o porquê de algumas funções destinadas especificamente a um determinado grupo social. Como e de que forma ocorre este processo, enfim, estas relações. A ideologia, cultura, história, religião ou até mesmo o desenvolvimento econômico são fatores primordiais para se determinar a melhor forma de como deverá ocorrer às relações sociais de um grupo, homens ou mulheres. A própria sociedade através da sua realidade vigente define os papéis sociais aos indivíduos.

Na maioria das sociedades, as relações de gêneros são desiguais e

desequilibradas, no que se refere ao poder atribuído a mulheres e homens. A categoria feminina tem aparecido numa situação de subordinação ao sexo masculino. Subordinação abrangendo um conceito geral de dominação masculina, onde podemos destacar diversos fatores como: exploração, desigualdade, opressão, repressão, patriarcalismo, machismo, e discriminação.

O fato é que a diferença sexual é usada para, arbitrariamente, limitar a autonomia feminina, suas atividades econômicas e o acesso ao poder político. Essas relações sociais, que dividem os sexos, propiciam diferentes oportunidades para homens e mulheres. (GÊNERO..., 1995, p. 21).

As diferenças biológicas entre mulheres e homens são usadas como justificativa para a discriminação. Pois, a sociedade limita os campos em que a mulher pode operar (espaço privado), da mesma forma como escolhe os terrenos em que pode atuar o homem (espaço público).

Ao excluir as mulheres do espaço político, religioso, econômico, dentre outros, diminui-se sua acessibilidade. Elas ficam ainda mais isoladas das esferas das decisões fundamentais. Sendo tirado o seu poder político tanto sobre a sua sexualidade quanto sobre as decisões amplas da sociedade.

A capacidade biológica das mulheres de gerar filhos é colocada como um fundamento lógico para circunscrever as suas atividades à esfera doméstica, exigindo que desempenhem certas tarefas e determinando que tipo de atividades elas podem exercer fora do ambiente doméstico. A mulher por sua maior contribuição na reprodução biológica⁴, acaba se distanciando da reprodução social⁵.

⁴ **Reprodução biológica** tem sido considerada como o processo de produção e criação dos filhos. Compreende, além do fato biológico da fecundação, da gestação e do parto, todas aquelas atividades que permitem o desenvolvimento físico do novo ser humano ao longo da vida, em particular a satisfação de suas necessidades básicas, onde se destacam a alimentação e a saúde.

⁵ **Reprodução social** se refere à produção das condições que sustentam um sistema social. Este nível de reprodução implica a transmissão do acesso e do controle dos recursos econômicos de uma geração a outra.

No entanto, por causa da maior contribuição da mulher nesta parte do processo de **reprodução biológica**, (...), assumidos no seu papel de esposa e mãe: cuidar das crianças, manter a casa, cozinhar o alimento, servir os homens adultos, atendendo as necessidades físicas e psíquicas de todos, assegurando assim as condições para reprodução da força futura de trabalho, e para a boa disposição da força de trabalho atual. A partir desta atribuição de papéis e funções, as mulheres foram excluídas do nível **de reprodução social**. (...) uma vez que o nível de reprodução social é o espaço do poder nas suas mais variadas formas: político, religioso, militar, administrativo. (VIEZZER ,1989, p.130).

Neste contexto podemos analisar, o quanto às mulheres buscam cada vez mais se desprender deste conceito que diz respeito apenas à reprodução biológica. No sentido, de mostrar sua disposição e habilidades enquanto uma categoria ativa, de não somente ser vista no papel de esposa e mãe, no que se refere a se limitar apenas ao espaço privado. Mas também, enquanto pessoas capazes de dominar o espaço público, no nível da reprodução social.

A relação de homem e mulher na sociedade é muito complexa e gira em torno de diferentes preconceitos. Não podemos afirmar que somente os homens são machistas, pois as mulheres também são, ao refletir que são inferiores aos homens e que por isso devem se manter em posições subalternas.

Saffioti (1994), afirma: (...) o inimigo da mulher não é o homem nem enquanto indivíduo, nem como categoria social, embora seja personificado por ele. O alvo a atacar passa a ser, numa concepção relacional, o padrão dominante de relação de gênero. Por esta afirmação, podemos destacar que ao se discutir gênero não estamos colocando no homem, indivíduo ou enquanto representante de uma categoria social, como autor da opressão, repressão e culpabilizando-os pelos diversos tipos de discriminações vivenciadas pelas mulheres. Mas sim, nas relações de desigualdade que o padrão dominante estabelece.

É necessário avaliar e questionar, procurar na igualdade de gênero uma solução para que se estabeleça os direitos das mulheres enquanto cidadãs, rompendo com este ciclo de preconceitos e discriminações no que diz respeito à autonomia das decisões, liberdade, garantia da integridade, auto-estima, moral, identidade pessoal, ou seja, nas

mais variadas formas de alcançar a cidadania. Pois afinal, a igualdade entre os gêneros é um princípio dos direitos humanos.

A perspectiva de gênero implica em atitudes efetivas que levem em conta a realidade das mulheres e sua condição de desigualdade, que modifiquem o pensamento sócio histórico patriarcal, conservador, que está implementado na sociedade. Ações como políticas de superação não visando apenas a distribuição de bens, dos direitos e das obrigações, mas também, a participação dos sujeitos sociais em suas relações na sociedade.

(...) queremos incluir as mulheres sem excluir os homens. Mas, ao transformá-las, tornando-as capazes e dignas de direitos, os homens terão de se submeter a essas transformações históricas. Deverão também ser titulares de direito e não portadores de privilégios que os empobrecem em sentimentos e ética.(TELES, 2006, p.56).

Só poderá existir uma sociedade melhor no momento em que todos os cidadãos, absolutamente todos, gozem dos mesmos direitos e tenham as mesmas obrigações, independente do sexo. Esta conscientização precisa haver por parte da categoria masculina, primeiramente no sentido de dividir os afazeres domésticos, a socialização dos filhos, o espaço público, a política, a educação e o mercado de trabalho.

O uso de gênero é um posicionamento político e se apropriar dos direitos humanos não é só um direito, é também um dever das mulheres. Sem dúvida, trata-se de um ato político de empoderamento das mulheres propicia-lhes um status de cidadania, desnaturalizam-se as desigualdades e o Estado e a sociedade tornam-se responsáveis pelas violações dos direitos humanos das mulheres assim como por pôr um fim à discriminação negativa e a violência de gênero.(TELES, 2006, p. 60 e 61).

Para concluir, gênero é um método de análise que associado aos ideais feministas adquire uma capacidade maior de transformação, com o objetivo de incentivar os questionamentos e realizar possíveis ações que eliminem as desigualdades entre os sexos, a fim de romper com as idéias patriarcais ainda presentes na sociedade.

Adotar a perspectiva de gênero na análise dos direitos humanos, possibilita uma

melhor compreensão das desigualdades sociais, valores e costumes vigentes.

3 Cidadania

A cidadania proporciona democratização social da participação política dos homens, nos direitos sociais e nas desigualdades econômicas, ou seja, um cidadão possui direitos civis, direitos sociais e direitos políticos. Mas, ser cidadão não é só ter direitos, existem também os deveres que nem sempre são desempenhados pelos indivíduos em sociedade. Ao inserir a cidadania, o Estado estabelece regras de convivência em sociedade onde todos são considerados iguais perante a lei.

Ser cidadão significa ter direitos e deveres, ser súdito e ser soberano, tal situação está descrita na Carta de Direitos da Organização das Nações Unidas (ONU), de 1948, que tem suas primeiras matrizes marcantes nas cartas de Direito dos Estados Unidos (1776) e da Revolução Francesa (1798). Sua proposta mais funda de cidadania é a de que todos os homens são iguais ainda que perante a lei, sem discriminação de raça, credo ou cor. E ainda: a todos cabe o domínio sobre seu corpo e sua vida, o acesso a um salário condizente para promover a própria vida, o direito à educação, a saúde, à habitação, ao lazer. E mais: é direito de todos poder expressar-se livremente, militar em partidos políticos e sindicatos, fomentar movimentos sociais, lutar por seus valores. Enfim, o direito de ter uma vida digna, de ser homem. (COVRE, 1995, p. 9).

A cidadania é uma construção que ocorre pelo reconhecimento e respeito as diferenças individuais, pelo combate ao preconceitos e as discriminações, pela participação nas decisões, pela ampliação da consciência em relação aos direitos e deveres e pela confiança no potencial de transformação de cada um.

De acordo com a Constituição de 1988 todos os cidadãos são iguais perante a lei, cabem a eles reivindicarem seus direitos e sua atenção deve estar voltada ao cumprimento das normas. Fazer parte do governo, direta ou indiretamente, ao votar ou ao pressionar através dos movimentos sociais.

Os cidadãos são responsáveis por se manterem financeiramente, ou seja, eles

devem ir à busca de um emprego ou conseguir meios para receber um salário, no sentido, de gerenciar a sua vida, quanto, às necessidades básicas como educação, saúde, habitação e lazer. O Estado responsabiliza o cidadão pela sua condição, cabe a ele reivindicar e lutar por melhores condições de vida, dessa forma é o indivíduo, mas necessariamente o cidadão, que vai batalhar por uma vida digna.

Como podemos falar de igualdade, quando o que ocorre na realidade não condiz com o que temos prescrito na lei, onde afirma que todos são iguais, entretanto, é visível na sociedade em que vivemos relações de discriminações raciais, de gênero, de credo, dentre outras.

Sendo assim a vigência de direitos está nas mãos dos cidadãos, pois respaldado na Constituição é que ele vai pleitear a igualdade e os direitos sociais.

A Constituição é uma arma na mão de todos os cidadãos, que devem saber usá-la para encaminhar e conquistar propostas mais igualitárias. Só existe cidadania se houver a prática da reivindicação, da apropriação de espaços da pugna para fazer valer os direitos do cidadão. Neste sentido, a prática da cidadania pode ser a estratégia, por excelência, para a construção de uma sociedade melhor. (COVRE, 1995, p.10).

Se o indivíduo não fizer valer os seus direitos (civis, sociais e políticos) ele estará condicionado as regras do Estado, e desta forma, ele não se emancipa enquanto sujeito dotado de direitos. Entretanto, ao pensarmos em cidadania percebemos que ainda é um conceito que precisa ser construído, pois não se trata só de atender as necessidades básicas e sim de acesso a todos os níveis de existência. A cidadania é o próprio direito à vida no sentido pleno.

3.1 Direitos Civis

Os direitos Civis tratam de dispor do próprio corpo, ou seja, de se locomover (direito de ir e vir), e também se refere a sua segurança. Todos pensamos que somos livres, mas na prática o nosso direito, tem limites, como cita Covre em um exemplo:

(...) fenômenos que explicitam a nossa não cidadania. Exemplo gritante: os

Esquadrões da morte, por meio dos quais a polícia decide torturar ou matar os considerados marginais, num processo de “profilaxia social”, considerando que determinados homens não valem nada, não passam de números. (COVRE, 1995, p. 12).

A nossa não cidadania implica na limitação o qual estamos condicionados e restringidos dos nossos direitos, uma vez que o Estado é o agente regulador e determina as regras de convívio em sociedade.

Dentro da sociedade capitalista, os trabalhadores lutam por seus direitos civis, pois a força que o capital impõe sobre o trabalhador criando condições precárias e insalubres⁶, exige um constante movimento pela luta dos trabalhadores por seus direitos. Portanto, é o capitalismo com a sua tecnologia no mundo atual que decide onde, e em que ritmo o trabalhador vai com o seu corpo. Existem cidadãos trabalhando em condições sub-humanas, mas são obrigados a permanecerem nestas situações, pois precisam de um salário para que possam promover sua vida.

Ao fazer um paralelo da década de 30 com a atualidade, podemos perceber que ainda hoje há a ausência de direitos civis de locomoção, de liberdade e de expressão, esses dependem de direitos políticos, que por sua vez dependem da existência de um regime efetivamente democrático. No sentido estrito da participação de todos os cidadãos exercendo sua cidadania, exigindo a efetivação dos seus direitos na sociedade em que vivemos.

3.2 Os Direitos Sociais

Tratam-se das necessidades humanas básicas como: a alimentação, habitação, saúde e educação, estes direitos são respaldados na Constituição de 1988. No Brasil, a maioria da população encontra-se desamparada no que diz respeito aos direitos sociais, pois a injustiça, a pobreza e o desemprego toma conta da população carente

⁶ Vale a pena assistir (ou rever) filme Tempos Modernos (1936). Nele, Charles Chaplin nos mostra com sensibilidade inigualável e perspectiva tragicômica, o sofrimento do trabalhador na fábrica: há o que vira “marginal”, o que serve de cobaia para novas tecnologias e tratamento de saúde, o que tem o sonho da casa própria etc.

nos dias de hoje.

Os direitos sociais dizem respeito ao atendimento das necessidades humanas básicas. São todos aqueles que devem por a força de trabalho, sustentando o corpo humano: alimentação, habitação, saúde, educação etc. Dizem respeito, portanto, ao direito ao trabalho, a um salário decente e por extensão, ao chamado salário social, relativo ao direito à saúde, educação, habitação, etc. (COVRE, 1995, p.14).

É baseado nesses direitos que o capitalismo constrói uma falsa cidadania fazendo com que o indivíduo se submeta à situação de exploração, para garantir sua sobrevivência. E com ela procuram manipular a classe trabalhadora, mantendo-a passiva, subalternizada e controlando a sociedade. Mantendo os indivíduos alienados, conseguem com que eles não reivindiquem por melhores condições de vida, e assim continuam obtendo lucro através de mão-de-obra barata e criando uma cidadania fictícia para aparentar uma sociedade melhor.

3.3 Direitos políticos

Os direitos políticos estão ligados aos direitos civis e sociais, eles vão tratar as relações sociais, ou seja, a sua participação dentro da sociedade: culturais, sociais, religiosas e políticas. Convém fazer uma reflexão sobre qual é a atuação do indivíduo em seu cotidiano, como é seu comportamento crítico e analítico dentro destas relações.

Os Direitos Políticos dizem respeito à deliberação do homem sobre sua vida, ao direito de ter livre expressão de pensamento e prática política, religiosa, etc. Relacionam-se à convivência como os outros homens em organismos de representação direta (sindicatos, partidos, movimentos sociais, escolar, conselhos, etc.) ou indireta (pela eleição de governantes, parlamento, assembleias) resistindo a imposições dos poderes (por meio de greves, pressões, movimentos sociais). E pelas deliberações dos outros dois direitos, os civis e sociais.(COVRE, 1995 p.15).

Sendo assim os direitos (civis, sociais e políticos) do cidadão, são dependentes uns dos outros, pois, para que exista uma sociedade igualitária, eles não podem se separar precisam estar sempre juntos para que tenhamos uma sociedade onde as pessoas possam exercer sua cidadania.

Para que todos tenham direito à vida no sentido pleno é preciso ser um sujeito

ativo como cidadão e ter consciência de seus direitos em sua plenitude.

Esses três conjuntos de direitos (direitos civis, direitos sociais e direitos políticos) não podem ser desvinculados, pois sua efetiva realização depende de sua relação recíproca. Porém, são dependentes da co-relação de forças econômicas e políticas para se efetivar. (COVRE, 1995, p.15).

A cidadania está relacionada ao surgimento de vida na cidade, á capacidade dos homens de se relacionarem em sociedade, pois é através dos direitos e deveres do cidadão que acontecem as relações do dia a dia seja na vida pessoal ou na pública. Entretanto, a maioria dos problemas (violência, pobreza e etc.) que temos na sociedade tratam-se de uma ausência de cidadania. Os homens não são capazes racionalmente de resolverem suas divergências sem a intervenção das leis, que são impostas e criadas pelo Estado, no sentido de controlar e manipular a sociedade.

“(...) se os homens fossem seres de livre razão, não precisariam interpor entre si um juiz exterior para arbitrar os seus conflitos, os quais eles não são capazes de resolver”. (FRAGA, 2002, p.47).

Para concluir o Estado ao estabelecer direitos e deveres ao individuo está controlando e limitando suas ações. A cidadania possui pontos positivos, no sentido de proporcionar a democratização social da participação política dos homens, nos direitos sociais e nas desigualdades econômicas. Entretanto, no ponto de vista estratégico é um conceito fraco e impróprio, para articular a idéia da emancipação humana.

(...) o cidadão é o homem conservado nos marcos do Estado. É o homem que vive na pólis, na cidade, isto é, sua pertença e natureza são inerentes ao Estado, onde ele habita investido da proteção jurídica da lei. Revelando o caráter político-estatal da cidadania, Aristóteles já dizia na política que o cidadão integral é aquele que possui direito de administrar justiça e exercer funções públicas, e que o seu mérito distintivo de “bom cidadão” estava em aperfeiçoar a sua aptidão para governar e ser governado. (FRAGA, 2002, p.47).

Cabe ao indivíduo buscar sua emancipação como sujeito livre de direito, cobrando do Estado a promoção da cidadania, uma vez que são eles quem estabelece as leis e os direitos do cidadão.

3.4 A promoção da cidadania à segmento feminino

Promover cidadania para as mulheres diz respeito a sua legitimação de direitos na sociedade. Trata-se de conseguir um maior acesso social e um maior empoderamento em suas relações.

A promoção da cidadania deveria ocorrer por intermédio do Estado, pois ele é responsável pelas políticas institucionais que visa à inclusão do indivíduo como cidadão na sociedade, independente da raça, gênero e idade. Porém, nem sempre estas políticas conseguem alcançar a inserção dos sujeitos.

O requerimento da cidadania é também a garantia dos direitos sociais, o que é prestada pelo Estado de direitos por meios de políticas sociais voltados as necessidades básicas de saúde, educação, lazer, cultura e meio ambiente. Sendo muitas vezes criticada por causar ao indivíduo uma dependência aos benefícios sem solucionar os problemas sociais. O Estado se aproveita para se desresponsabilizar e transfere esta carga para o sujeito.

Assim sendo boa parte das políticas sociais não se concretizam, pois passam por alguns problemas que precisam ser combatidos como, por exemplo, falta de recursos financeiros, melhor divulgação dos espaços voltados para as mulheres e pelas práticas burocráticas institucionais.

A cidadania se fortalece nas relações Estado/sociedade, nas mediações concretas de políticas sociais, que se tornam o campo de intervenção da acessibilidade, apoio e acompanhamento dos usuários. A cidadania se constitui no exercício dos direitos civis, políticos, sociais, ambientais, éticos, que foram construídos historicamente, através das leis, normas, costumes, convenções, que fazem com que os indivíduos sejam reconhecidos como membros ativos de uma determinada sociedade, podendo exigir dela os seus direitos, ao mesmo tempo em que ela lhe exige determinados deveres comuns. (FALEIROS, 2001, p.60).

Para o fortalecimento do indivíduo como cidadão é necessário desenvolver a sua autonomia no que diz respeito as suas próprias escolhas, decisões, sua liberdade

intelectual e que ele seja autor de sua própria história. Não ser subalterno às imposições feitas, obter conhecimento de seus direitos, de suas próprias limitações e de suas decisões, faz parte do exercício da cidadania. Os sujeitos ao adquirirem uma consciência crítica do que significa seus direitos e deveres cria condições para intervir em diferentes alternativas dentro de sua realidade social.

Promover cidadania na vida da mulher faz com que ela desenvolva autonomia cidadã em suas relações sociais.

O desenvolvimento da autonomia é um processo de negação da tutela e da subalternidade pela mediação da afirmação da própria palavra e da construção da decisão sobre o seu próprio destino. O fortalecimento da autonomia implica o poder viver para si no controle das próprias forças, e de acordo com as próprias referências. (FALEIROS, 2001, p. 62-63).

Desta forma podemos definir autonomia como liberdade moral ou intelectual. Adquirir autonomia hoje na vida da mulher é muito importante. Atualmente a mulher enfrenta uma dupla jornada entre vida familiar e mercado de trabalho, e ainda passa por algumas injustiças, seja no espaço público ou no convívio familiar.

A mulher também ganha autonomia ao conquistar leis de proteção a violência como, por exemplo, o caso da Lei Maria da Penha⁷ que entrou em vigor em Agosto de 2006.

Esta lei foi criada para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Assim, o segmento feminino fica mais segura no âmbito da lei, esta contribui

⁷ A biofarmacêutica Maria da Penha Maia lutou durante 20 anos para ver seu agressor condenado. Ela virou símbolo contra a violência doméstica. Em 1983, o marido de Maria da Penha Maia, o professor universitário Marco Antonio Herredia, tentou matá-la duas vezes. Na primeira vez, deu um tiro e ela ficou paraplégica. Na segunda, tentou eletrocutá-la. Na ocasião, ela tinha 38 anos e três filhas, entre 6 e 2 anos de idade. A investigação começou em junho do mesmo ano, mas a denúncia só foi apresentada ao Ministério Público Estadual em setembro de 1984. Oito anos depois, Herredia foi condenado a oito anos de prisão, mas usou de recursos jurídicos para protelar o cumprimento da pena. O caso chegou à Comissão Interamericana dos Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), que acatou, pela primeira vez, a denúncia de um crime de violência doméstica. Herredia foi preso em 28 de outubro de 2002 e cumpriu dois anos de prisão. Hoje, está em liberdade. Após às tentativas de homicídio, Maria da Penha Maia começou a atuar em movimentos sociais contra violência e impunidade e hoje é coordenadora de Estudos, Pesquisas e Publicações da Associação de Parentes e Amigos de Vítimas de Violência (APAVV) no seu estado, o Ceará. Ela comemorou a aprovação da lei. "Eu acho que a sociedade estava aguardando essa lei. A mulher não tem mais vergonha [de denunciar]. Ela não tinha condição de denunciar e se atendida na preservação da sua vida", lembrou. Maria da Penha recomenda que a mulher denuncie a partir da primeira agressão. "Não adianta conviver. Porque a cada dia essa agressão vai aumentar e terminar em assassinato." Fonte(www.contee.org.br/secretarias).

para o reconhecimento legal junto à sociedade é uma forma de proteger as mulheres de qualquer tipo de agressão seja ela física ou moral.

Na sociedade contemporânea a mulher ocupa um grande espaço nas organizações políticas, culturais e sociais.

Depois de muita luta, o segmento feminino conseguiu ser reconhecido no mundo todo, não só como mãe dona de casa, mas também, como cidadã. Isto reafirmou a posição da mulher na sociedade, com os seus direitos em vigor cresceu seu espaço.

Segundo a Organização das Nações Unidas⁸ – ONU os 12 direitos das mulheres são:

1. *Direito à vida.*
2. *Direito à liberdade e a segurança pessoal.*
3. *Direito à igualdade e estar livre de todas as formas de discriminação.*
4. *Direito à liberdade de pensamento*
5. *Direito à informação e a educação.*
6. *Direito à privacidade.*
7. *Direito à saúde e a proteção desta.*
8. *Direito a construir relacionamento conjugal e a planejar sua família.*
9. *Direito a decidir ter ou não ter filhos e quando tê-los.*
10. *Direito aos benefícios do progresso científico.*
11. *Direito à liberdade de reunião e participação política;*
12. *Direito a não ser submetida à tortura e maltrato.*

Sendo assim, quando a mulher exerce por completo a sua cidadania alcança seus objetivos e se torna mais forte na sociedade *independente de sua idade, raça ou classe social*. A efetivação como cidadã do segmento feminino está intercalada à autonomia, pois ao conquistarem independência (liberdade moral ou intelectual), podem reivindicar e lutar por novos direitos.

⁸- Disponível em: <http://www.ipas.org.br/12direitos.html>

Capítulo II – Metodologia, Análise e Interpretação dos Dados.

Metodologia

O referencial teórico que orienta a construção desta Pesquisa é o estudo de caso de abordagem qualitativa, com a realização de coleta de dados por intermédio de um roteiro de entrevistas semi-estruturadas.

De acordo com Ludke e André (2008), a pesquisa qualitativa aborda entre outros aspectos o significado que as pessoas dão as coisas e à sua vida (...) e há a tentativa de capturar a “perspectiva dos participantes”, isto é, a maneira como os informantes encaram as questões que estão sendo focalizadas. “Ao considerar os diferentes pontos de vista dos participantes, os estudos qualitativos permitem iluminar o dinamismo interno das situações, geralmente inacessível ao observador externo”. O estudo qualitativo (...) é o que se desenvolve numa situação material, é rico em dados descritivos, tem plano aberto e flexível e focaliza a realidade de forma complexa e contextualizada.

Segundo Chizzoti (1991), “A abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade”.

A pesquisa foi desenvolvida no Centro de Cidadania da Mulher na unidade da Capela do Socorro que de acordo com o IBGE de 2000, cerca de 66% da população feminina está na faixa entre 15 e 59 anos e 28% na faixa de 0 a 14 anos. A região Capela do socorro conta com cerca de 47% de mulheres negras e 53% de mulheres brancas; 20% são chefes de família, deste numero a maioria recebe até 2 salários mínimos .

Para uma melhor análise os instrumentos de coleta de dados utilizados foram: o banco de dados da Organização, as fichas cadastrais no período de junho de 2007 a junho de 2008, perfazendo um total de 134 mulheres, e a partir da coleta de dados traçamos o perfil das usuárias atendidas no CCM.

E através de entrevistas, que foram realizadas por ambas as pesquisadoras, no espaço físico do CCM através de um roteiro de perguntas com a autorização prévia das três mulheres (termo de consentimento livre e esclarecido) como também pela coordenação do CCM. Utilizamos como critério de escolha, mulheres que freqüentam a instituição há mais de um ano.

De acordo com Severino (2008), os resultados da coleta de dados sofrerão análise de conteúdo que envolve a interpretação do (...) “conteúdo das mensagens, dos enunciados dos discursos, a busca dos significados das mensagens (...) a expressão verbal, os enunciados são vistos como indicadores significativos, indispensáveis para a compreensão dos problemas ligados às práticas humanas e a seus componentes psicossociais (...) ela descreve, analisa e interpreta mensagens enunciadas de todas as formas de discurso, procurando ver o que está por detrás das palavras”.

Os Centros de Cidadania da Mulher

Na cidade de São Paulo foram implantados cinco Centros de Cidadania da Mulher, sua área de atuação é pública e sua ação é voltada as mulheres das regiões das Subprefeituras: Parelheiros, Itaquera, Perus, Capela do Socorro e Santo Amaro.

Tratam-se de equipamentos públicos de fundamental importância para o empoderamento das mulheres, acreditando que as mesmas tem o potencial de promover a transformação social e econômico em que vivem.

É um espaço privilegiado para trabalhar em contato direto com os problemas da cidadania, visualizar as iniquidades de gênero e promover mecanismos para torna-se efetivo os direitos das mulheres.

Características da Região

Capela do Socorro é a subprefeitura mais populosa da cidade, constituindo-se em uma região vulnerabilizada e submetida a altos índices de exclusão social, decorrentes, entre outros, de um intenso processo de ocupação e de expansão urbana totalmente desordenada, que se traduz em um crescimento populacional de 71,3 % na última década. A região apresenta ainda altos índices de violência.

A subprefeitura da Capela do Socorro localiza-se na região sul de São Paulo e é composta por três distritos: Socorro, Grajaú e Cidade Dutra, que somados representam 134,2 Km.

A população é de aproximadamente 634.920 habitantes, dos quais cerca de 326.005 são mulheres. (Fundação SEADE, 2005).

Missão dos CCM's

Ser um espaço de qualificação e formação em cidadania, onde mulheres de diferentes cidades, raças, e crenças possam se organizar e defender seus direitos sociais, econômicos e culturais. A instituição propõem participação da mulheres em ações e projetos que estimulem a implementação de políticas de igualdade potencializando, por meio de acompanhamento participativo, os serviços públicos existentes, de tal modo a atender a suas necessidades e da sua comunidade.

A Comunidade e a Atuação do CCM

É um espaço aberto para a comunidade que desenvolve debates para debates sobre a participação, políticas públicas, direitos das mulheres, direitos humanos entre outros temas.

Entre os trabalhos realizados, destacam:

- Formação das mulheres da região para o exercício da cidadania, da igualdade e da reivindicação de direitos políticos e socioeconômicos;
- Estimulo a capacidade associativa e ao trabalho coletivo;
- Ações concretas de gestão integrada nos Centros;
- Desenvolvimento dos Centros de Cidadania da Mulher como espaços de debate sobre participação e controle social, garantindo um ativismo nos marcos dos direitos econômicos, sociais e culturais das mulheres por meio do fortalecimento de sua capacidade de liderança, negociação e ação cidadã, públicas de um recorte sobre a questão de gênero.

Principais Atividades

No Centro de Cidadania da Mulher localizado na Capela do Socorro, cada sala de atividade leva o nome de uma mulher historicamente importante, de forma que, ao conhecerem o Centro, as freqüentadoras conhecem também um pouco da história dessas mulheres, suas lutas desafios e conquistas. Oferece diversas oficinas que objetivam trabalhar a auto-estima das mulheres, como danças populares, tricô e crochê, ginástica localizada, pintura e desenhos, dentre outras.

Para trabalhar com o tema da violência baseada em gênero, oferece-se um atendimento individual e também se assiste filmes com rodas de conversa, abordando as relações de gênero, violência e cidadania. As mulheres contam ainda com o fornecimento de assessoria jurídica por parte de advogados, disponibilizados gratuitamente pela instituição.

O Perfil das Usuárias dos Centros de Cidadania Da Mulher

Segundo os dados da organização, o perfil das mulheres que freqüentam os diferentes CCM's em sua maioria apresentam idade superior a 39 anos, casadas e com filhos.

Existe uma maior presença de mulheres negras.

Mais mulheres se declararam cônjuges do que chefes de família, porém, existe uma parcela significativa de mulheres chefes de família.

O nível de escolaridade é muito baixo. Metade delas até o último senso realizado pela instituição possuía o ensino fundamental; 35%, o ensino médio; e, apenas 11% possuíam o ensino superior.

O desemprego é uma realidade para 30% dessas mulheres. Apenas 20%

afirmaram estar trabalhando em alguma atividade econômica remunerada. Uma porcentagem de 24% das mulheres são “donas de casa” e 18% são aposentadas ou pensionistas. Para mais da metade das mulheres, o rendimento mensal era de até 3 salários mínimos.

São desenvolvidas ações que promovem a participação das mulheres na definição e no controle social das políticas públicas de seu interesse, fortalecendo o exercício de sua cidadania.

O Centro oferece formação para as mulheres sobre as questões de gênero, cidadania e direitos humanos.

A atuação é estabelecida através da articulação com serviços e programas oferecidos pelas várias secretarias e coordenadorias, estimulando a adoção de uma perspectiva de gênero no desenvolvimento de políticas que enfrentam as desigualdades entre homens e mulheres. A instituição visa à melhoria da qualidade do atendimento às mulheres por meio de uma articulação das políticas e serviços públicos existentes.

É oferecida uma formação continuada para os gestores públicos sobre as questões de gênero, cidadania e direitos humanos.

O Projeto

O projeto do Centro de Cidadania da Mulher surgiu da necessidade de oferecer algumas respostas e encaminhamentos a essas questões, visando à criação de espaços coletivos para a promoção da cidadania, da igualdade e dos direitos das mulheres. Esse projeto é parte integrante de um programa maior, o Programa URB-

AL⁹ possui uma ampla abrangência envolve cooperações internacionais.

O objetivo do projeto como estratégia de sustentabilidade, defesa e promoção dos direitos econômicos, sociais e culturais são definidos em objetivos específicos que orientaram a sua execução:

- Fortalecimento da capacidade institucional do poder público municipal na implementação de políticas de igualdade políticas de igualdade e de autonomia para as mulheres;
- Desenvolvimento de políticas públicas locais, em uma perspectiva de gênero, visando potencializar os serviços e atendimentos às mulheres nos seus diversos níveis e programas municipais;

Demandas das Mulheres para os Centros de Cidadanias

Grande parte das mulheres que procuram o Centro de Cidadania da Mulher busca, auxílio para expor seus problemas, conversar e encontrar algum tipo de solução. Ao colocarem os seus problemas, em geral é diagnosticados a violência de gênero, a discriminação e o preconceito. Além disso, elas demonstram grande interesse pela realização de atividades físicas e artísticas, o que aponta para o desejo de estabelecer um convívio social intenso com outras pessoas e conquistar um espaço para realização pessoal.

Uma das estratégias dos Centros para trabalhar com os aspectos mais delicados

⁹ O programa URB-AL foi criado em 1995 no âmbito da União Européia . É um programa de cooperação descentralizada, onde as atividades são elaboradas, propostas e colocadas em praticas pelos próprios participantes. Possibilita o intercambio de experiências entre cidades da Europa e da América Latina no âmbito da União Européia.

das demandas das mulheres é abordar assuntos sobre gênero, violência, direito das mulheres, em atividades de maior descontração, como oficinas, costura ou ginástica.

Análise e Interpretação dos Dados Quantitativos:

Para o desenvolvimento da pesquisa traçamos o perfil das mulheres que freqüentam o Centro de Cidadania da Mulher – Capela do Socorro, organizamos dados quantitativos que serão apresentados por intermédio de tabelas, nas quais apresentaremos os aspectos mais relevantes em relação as usuárias.

Neste processo, foram analisadas 134 fichas de cadastros, das mulheres usuárias, que fizeram sua inscrição no período de Junho de 2007 a Junho de 2008.

Em relação à idade das usuárias identificamos que apesar do Centro de Cidadania da Mulher atender todas as faixas etárias, a faixa que predomina é de 30 a 60 anos. Acreditamos que essa maior demanda possa estar relacionada à oportunidade de buscar um maior espaço para si, visto que caso tenham filhos esses se encontram possivelmente em idade de maior autonomia e menor dependência materna. Assim como, nessa faixa etária essas mulheres podem encontrar maior dificuldade para inclusão no mercado formal de trabalho e disponibilizar de maior tempo para se dedicar a outras atividades, inclusive na tentativa de aprendizado que possa ser transformado em geração de renda no próprio domicílio.

Tabela 1: Mulheres Atendidas no CCM – Idade	Quantidade	Percentual
Idade		
16 a 21 anos	9	6,72%%
22 a 25 anos	10	7,46%%
26 a 29 anos	13	9,70%
30 a 39 anos	33	24,63%
40 a 49 anos	29	21,64%
50 a 59 anos	32	23,88%
60 anos ou mais	8	5,97%
Total:	134	

Ao analisarmos esta tabela, verificamos uma porcentagem significativa de mulheres brancas. Sendo que, no ato do cadastro quem nos informa a raça são as próprias usuárias, ou seja, os dados podem não corresponder com a realidade. Porém,

de acordo com os dados do IBGE de 2000, a região Capela do Socorro, conta com cerca de 47% de mulheres negras e 53% de mulheres brancas. Com análise neste dado, podemos afirmar que a maioria das mulheres que vivem nesta região, são brancas.

Tabela 2: Mulheres Atendidas no CCM:		
Raça	Quantidade	Percentual
Negra	20	14,93%
Branca	55	41,04%
Parda	36	26,87%
Morena	22	16,42%
Amarela	1	0,75%
Total	134	

A maioria das mulheres, ou seja, 54,48% referiram ser casadas. Ao cruzarmos estes dados com a tabela número um, constatamos que essas mulheres vieram de uma geração bastante conservadora, onde o casamento era essencial para sua inclusão na sociedade. Muitas delas se casaram muito jovens, por existir uma pressão muito forte por parte de suas respectivas família e sociedade.

Tabela 3: Mulheres Atendidas no CCM:		
Estado Civil	Quantidade	Percentual
Casada	73	54,48%
Solteira	36	26,87%
União Consensual	12	8,96%
Divorciada	6	4,48%
Separada	7	5,22%
Total	134	

De acordo com os dados citados abaixo, o maior percentual de moradia é a casa própria. Embora as mulheres declarem a propriedade do domicílio, é sabido pelos dados oficiais que nesta região há uma grande parcela da população que reside em condições precárias de sobrevivência. Há que se destacar que boa parte desses domicílios localiza-se em loteamentos clandestinos e em áreas de mananciais, seus

proprietários não possuem títulos de posse ou de propriedade desses imóveis. Em geral, a maioria dos domicílios é edificada por autoconstrução, sem planejamento urbano e infra-estrutura comunitária (rede de esgoto, divisa de lotes, saneamento básico, áreas de risco, entre outros). Esses dados referentes à condição de moradia revelam que de um modo geral, as estruturas retratam e reproduzem as desigualdades no que concerne a distribuição do poder na sociedade, diferenciando grupos, classes e o quanto às pessoas lutam e disputam espaços e recursos urbanos.

Tabela 4: Mulheres Atendidas No CCM:		
Situação Habitacional	Quantidade	Percentual
Casa Própria	91	67,91%
Casa Cedida	8	5,97%
Casa Alugada	29	21,64%
Apartameto Próprio	5	3,73%
Apartamento Alugado	1	0,75%
Total	134	

Os dados que se destacam na tabela 5 são as rendas declaradas acima de R\$350,00 a R\$700,00 e as que afirmam obter renda de R\$ 1.000,00 a 2.000,00. Porém, é preciso levar em conta o número de pessoas residentes num mesmo domicílio, qual é a renda per capita dessa família e nos perguntar também, se os responsáveis por essa renda possuem registro em carteira ou trabalham informalmente.

Tabela 5: Mulheres Atendidas no CCM:		
Renda Familiar	Quantidade	Percentual
Até R\$ 350,00	11	8,21%
Mais de R\$ 350,00 até R\$ 700,00	38	28,36%
Mais de R\$ 700,00 Até 1.000,00	23	17,16%
Mais de R\$ 1.000,00 até R\$ 2.000,00	31	23,13%
Mais de R\$ 2.000,00	3	2,24%
Não Informado	28	20,90%
Total	134	

A educação, apesar de ser um meio para buscar alternativa para uma maior autonomia, é registrada como muito baixa entre essas mulheres, pois 38,06 % das mulheres concluíram o ensino médio completo e apenas 5, 22% possuem ensino técnico ou superior completo. Também, podemos concluir que ao terem de se dedicar tão jovens ao lar e aos cuidados com a família, não dispunham de tempo necessário para dedicar-se a sua formação.

Tabela 6:Mulheres Atendidas no CCM:	Quantidade	Percentual
Grau de Instrução		
Nenhuma	1	0,75%
Ensino Fundamental Incompleto	44	32,84%
Ensino Médio Incompleto	16	11,94%
Ensino Médio Completo	51	38,06%
Ensino Técnico ou Superior Incompleto	2	1,49%
Ensino Técnico ou Superior Completo	7	5,22%
Total	134	

A tabela abaixo apresenta o número de pessoas que residem no mesmo domicílio, assim, podemos perceber que a maioria das mulheres que freqüentam o CCM reside com mais de 03 pessoas e ao compararmos esta tabela com a de número 5 identificamos que a renda de R\$350,00 a R\$700,00 sustenta uma família de mais de três pessoas o que mostra a realidade da região Capela do Socorro.

Tabela 7:Mulheres Atendidas no CCM:	Quatidade	Percentual
Nº de pessoas que residem no mesmo domicílio		
De 01 a 03 pessoas	64	47,76%
De 04 a 06 pessoas	68	50,75%
De 07 a 10 pessoas	2	1,49%
Total	134	

Podemos analisar que a divulgação do CCM é na grande maioria, ocorrida através de indicação, ou seja, o famoso “boca-a-boca”, composta por 61,19%. Seja ela por parte dos funcionários, amigos ou usuários, a indicação é o que leva a comunidade

a conhecer o CCM de fato, parece não haver encaminhamentos de outros serviços públicos, o que nos chama a atenção da necessidade de maior divulgação da instituição para ampliação do acesso.

Tabela 8:Mulheres Atendidas no CCM:	Quantidade	Percentual
Como Soube do CCM		
Ao passar no local	42	31,34%
Indicação	82	61,19%
Jornal	5	3,73%
Morar próximo ao local	5	3,73%
Total	134	

Ao observamos a tabela a seguir, concluímos que as atividades geradoras de renda são as mais procuradas, devido à vulnerabilidade da região. Para essas mulheres a busca por atividades como artesanato ou cursos profissionalizantes, nos remetem a considerar que elas estão querendo desenvolver algum tipo de proposta que de alguma forma possa ajudar nas despesas financeiras do lar.

Tabela 9 :Muleheres Atendidas no CCM	Quantidade	Percentual
* Atividades que gostariam de realizar		
Atividades profissionalizantes (cabeleleiro, idiomas, manicure, informática e telemarketing).	59	44,03%
Artesanato	88	65,67%
Ginástica	51	38,06%
Desenho	3	2,24%
Culinária	23	17,16%
Dança	33	24,63%
Outros	10	7,46%
Total	267	

*Obs: No ato do cadastro as usuárias podem citar mais de uma atividade

Pelas tabelas apresentadas traçamos o perfil das mulheres que freqüentam o CCM, requisitos como, idade, raça, estado civil, situação habitacional, renda familiar, grau de instrução, número de pessoas que residem no mesmo domicílio, como soube do CCM e atividades que gostaria de fazer, foram dados essenciais para nossa análise. Através destas informações, traçamos o perfil dessas mulheres que freqüentam o espaço social, como tomaram conhecimento da instituição e sua preferência por algum curso específico.

Análise e Interpretação de Dados Qualitativos

A partir da coleta de dados qualitativos, desenvolvemos cinco eixos de análises: A Vida Familiar e a Convivência Social, A Capacidade de Avaliação dos Serviços prestados pelo CCM, Geração de Renda, Projetos Futuros, Cidadania e Legislação. Traçamos o perfil das três entrevistadas, tendo como critério para eleição dos sujeitos da pesquisa, mulheres que freqüentassem o Centro de Cidadania da Mulher – Capela do Socorro há mais de um ano, conforme descrição abaixo:

	Idade	Estado Civil	Escolaridade	Nº de filhos	Situação Trabalhista
Entrevistada 1	61	desquitada	Ens.médio completo	4	autônoma
Entrevistada 2	54	Casada	Ens.médio completo	2	desempregada
Entrevistada 3	50	Casada	Ens.médio incompleto	2	dona de casa

Os dados apresentados apontam que as mulheres entrevistadas possuem mais de 50 (cinquenta) anos, duas são casadas, com filhos e sem vínculo empregatício.

Embora com todos os avanços e conquistas femininas, percebemos que as mulheres nesta faixa etária e nas classes sociais mais populares são vistas como improdutivas, já que não conseguem oportunidades de trabalho como na juventude, já não possuem a capacidade de reprodução e mesmo a questão da sua sexualidade é depreciada, assim como os aspectos físicos.

Sua ausência do lar passa a ser criticada e vista como uma atitude de não comprometimento para com a família.

Esse posicionamento fica evidente na fala da entrevistada 1:

“Minha filha reclama sim, diz que eu passo o dia inteiro batendo perna, quando estou fora eles não podem contar comigo, não fico disponível para eles” (Entrev.1).

De acordo com o Conceito de Gênero, as mulheres são consideradas mais adaptáveis às tarefas monótonas, sedentárias e de precisão, devido a sua própria natureza e ao condicionamento doméstico. Diante desta afirmação é comum as pessoas enxergarem que as mulheres devem cumprir seus afazeres domésticos e dedicar-se a ele, seja na socialização dos integrantes da família ou em não se manter por muito tempo ausente do lar, para que desta forma, ela se mantenha sempre a disposição. (Conceito de Gênero, 1995, p. 22).

O perfil das mulheres nos apontou ainda, que a maioria destas passam grande parte do seu tempo sozinhas e que possuem poucos recursos financeiros para sobreviver. Procuram buscar acesso ao CCM para se sentirem úteis e fortalecer seus laços de amizade. Participam das oficinas, e assim, trabalham sua auto-estima.

Vida Familiar e Convivência Social

A mulher na contemporaneidade tem um papel muito importante na família, diferente de algumas décadas onde o segmento feminino era vista apenas para reprodução e criação dos filhos. Atualmente a mulher, encontra-se em um maior nível de formação e desempenha uma dupla jornada, pois além de cuidar da família, ou seja, de ser responsável pela socialização dos filhos e das tarefas domésticas, ela também exerce uma função no mercado de trabalho. Porém, ainda encontra-se em situação de desigualdade social, principalmente perante a classe masculina.

As mulheres têm muito mais encargos que a geração de suas mães. A dupla jornada para as mulheres resulta em uma qualidade de vida muitas vezes pior que a dos homens, com pouca ou nenhuma condição de reserva de tempo para o lazer e para si. A continuidade dos papéis ainda está presente na sociedade. (Coelho, 2002, p.74).

Mesmo com a conscientização da sociedade sobre o papel da mulher dentro do âmbito familiar e nas suas relações sociais, ela ainda é muito cobrada por seus

familiares por sua ausência do lar. Ao sair de casa seja para o mercado de trabalho, ou para realizar qualquer outra atividade que lhe proporcione algum benefício, tem por obrigação realizar os serviços do lar, para que não haja nenhuma cobrança por parte de sua família. E, mesmo que essa cobrança não se efetive, cabe a ela deixar tudo em ordem. Podemos afirmar esta situação de cobrança nas declarações abaixo:

“Apesar de morar sozinha, minha filha reclama sim, diz que eu passo o dia inteiro batendo perna, pois quando estou fora eles não podem contar comigo, não fico disponível para eles”.(Entrev.1).

“Nenhuma, pois adianto os serviços domésticos pela manhã, para mim eles não dizem nada, porque meus trabalhos eu já adiantei”.(Entrev.2).

Na vida familiar as atividades domésticas continuam sendo tarefas atribuídas exclusivamente às mulheres. Desde a infância a educação da categoria feminina é desenvolvida para a submissão, ou seja, para assumir um papel doméstico.

A sociedade investe muito na naturalização deste processo. Isto é, tenta fazer crer que a atribuição do espaço doméstico à mulher decorre de sua capacidade de ser mãe. De acordo com este pensamento, é natural que a mulher se dedique aos afazeres domésticos e na socialização dos filhos, como é natural sua capacidade de conceber e dar a luz. (Saffioti, 1987, p. 9).

Elas se conformam com esta situação, e isto vai passando de uma geração para outra. As tarefas do lar sempre devem estar completas, pois se entende que se serviços da casa encontram-se “em dia” as mulheres já cumpriram a sua função. Assim é considerada uma “boa dona de casa”, “uma boa esposa”, ou “uma filha responsável”, na concepção da sociedade.

É evidente por parte da sociedade, o espaço doméstico atribuído à mulher. Podemos perceber que essa referência é cultural, toda mulher deve gostar de fazer serviços domésticos, caso este papel não seja desempenhado, ela acaba sendo julgada por seus familiares e por aqueles que acreditam e defendem esta posição. Com o consentimento da própria mulher a tarefa doméstica termina sempre sendo

realizada por ela. (Saffioti, 1987, p. 9).

Podemos constatar esta posição nas falas das entrevistadas:

“Os serviços domésticos são realizado por mim e por minhas filhas. Todas realizamos as mesmas tarefas. Não tem brigas elas gostam de me ajudar”.(Entrev. 2).

“Dentro da minha casa eu faço tudo, todos os deveres domésticos”.(Entrev. 3).

As tarefas do lar sempre são desempenhadas pelas mulheres da casa, elas mesmas assumem esses deveres não delegam para os homens, eles não tem nenhum dever doméstico, segundo elas.

Durante as entrevistas compreendemos que essas mulheres fazem questão em assumir os serviços domésticos, encaram como obrigação exclusiva de sua competência.

De acordo com os Indicadores Sociais – IBGE (2007), a participação das mulheres nas atividades domésticas implica em 92% dos seus afazeres e a média de horas semanais gastas com essas atividades pelas mulheres é de 24,8 horas.

Aos homens fica a responsabilidade financeira e a manutenção do lar é por sua conta, na sua grande maioria são eles que ganham mais. Podemos fazer um paralelo com o mercado de trabalho, ou seja, o salário da classe masculina é sempre maior que o da mulher, eles encontram-se em cargos superiores às mulheres, ou seja, no lar ou no mercado de trabalho.

Calcula-se que o homem tenha estabelecido seu domínio sobre a mulher há cerca de seis milênios. São múltiplos os planos da existência cotidiana em que se observa essa dominação. Um nível extremamente significativo deste fenômeno diz respeito ao poder político. (Saffioti, 1987, p. 47).

A imagem da mulher, perante a sociedade é sempre passiva e despolitizada e consecutivamente cabe ao homem ir à busca do dinheiro, é ele quem deve reproduzir-se nas relações sociais.

Em nossa cultura ainda se espera que o homem mantenha a família economicamente, com raras exceções, onde a mulher é a chefe da família, porém, a realidade das nossas entrevistadas é que a parte financeira está sobre o comando do homem.

“Meu marido, ele é o único que trabalha e tem renda”.(Entrev. 2).

“Meu marido, pois ele prefere assumir as responsabilidades. Tanto ele que ganha o dinheiro quanto ele quem gasta”.(Entrev. 2).

“Meu marido mantém a casa financeiramente”. (Entrev. 3).

Verificamos que o poder financeiro nestas famílias ainda permanece na mão do homem e a mulher continua submissa à autoridade masculina, pois ainda hoje, o regime patriarcal é estabelecido na maioria das famílias, ou seja, não possuem autonomia financeira, assim como dependem da “autorização familiar” para o desempenho de atividades na esfera pública.

Ao refletirmos sobre os objetivos institucionais percebemos que o CCM proporciona para as mulheres a possibilidade de desenvolvimento voltado para a área do conhecimento e informação.

Percebemos que o trabalho é desenvolvido por intermédio de oficinas, sendo que algumas delas têm a proposta de geração de renda, que não se legitimam como forma de autonomia financeira. De modo geral, proporcionam uma forma de ampliação da capacidade crítica, expandindo a sua capacidade de se posicionar perante seu cotidiano social efetivando a cidadania.

O CCM tem como diretriz que as oficinas oferecidas sejam um espaço reservado exclusivamente para as mulheres, no sentido de lhes proporcionar autonomia e

cidadania, um ambiente que acolha a todas sem discriminação, para que ampliem seus conhecimentos, tornem-se mulheres mais ativas no âmbito legal, da tecnologia e que sua auto-estima seja trabalhada independente da atividade de atuação. Segundo a instituição, o CCM é um espaço democrático onde as mulheres têm a opção de livre escolha, ou seja, cabe a elas optar pela oficina de sua preferência.

“(...) antes só existia a instituição das freiras, onde é muito rígido. Aqui no CCM temos o direito de escolha, optar pelo o que queremos ou não fazer”.(Entrev.1).

A entrevistada 1 cita o funcionamento de uma outra instituição do bairro, onde não existe a possibilidade de escolha, ou seja, a participação das oficinas está condicionada a todas as outras atividades existentes na organização, o que implica que para se fazer um curso específico é necessário ser integrante de todos os outros.

Ao freqüentar o CCM as mulheres exercem sua autonomia no sentido da liberdade moral e intelectual, pois ao saírem de casa ampliam sua capacidade de desempenharem seu senso crítico e desenvolverem-se para as mais variadas questões de sua vida, estimulando a auto-estima, se sentindo “úteis” reproduzindo suas relações sociais.

“(...) me sinto muito bem (...) vim pra cá comecei a realizar as oficinas me senti útil”. (Entrev.1)

“Por estar aprendendo algo útil (...)”. (Entrev.2)

“(...) em casa, como todos trabalham me sentia sozinha, agora não mais, tenho minhas amigas de prosa”.(Entrev.3)

Como nos referimos anteriormente, nessa faixa etária é comum a sociedade embutir nessas mulheres a condição de inutilidade, reafirmado por seus discursos, e neste sentido o CCM parece ter um papel fundamental que a nosso ver seria a potencialização de talentos, a promoção da convivência social, o incentivo a criatividade e o desenvolvimento de capacidades.

As modificações ocorridas na vida dessas mulheres foram significativas, porque na sua totalidade, ampliaram seus círculos de amizade, contatos e adquiriram

conhecimentos e informações mudando o seu funcionamento, inclusive tornando-se alguns casos multiplicadoras de conhecimento:

“(...) passo meu conhecimentos para outras pessoas, sou oficina de tricô e ponto cruz no período da tarde em outra instituição”. (Entrev. 1).

“(...) fiz novas amizades e tenho atenção também de todos da equipe, me sinto mais informada comunicativa e atualizada”.(Entrev.1).

“(...) é uma terapia, distrai. Me ajudou a sair um pouco de casa, a aprender coisas que posso usar aonde e quando eu quiser é só saber administrar o meu tempo”.(Entrev.2).

“(...) passei a fazer novas amizades, a me sentir mais atualizada,conhecedora e por me proporcionar bem estar(...)” (Entrev. 3).

Assim podemos afirmar perante estas declarações que essas mulheres, estão em busca de conhecimentos, querem se sentir úteis e também ter uma participação mais crítica e intelectual na sociedade.

Ao freqüentar espaços como o CCM e outras instituições que trabalhem a capacidade de desenvolver suas habilidades, estão querendo se afirmar enquanto seres ativos e críticos dentro da sociedade.

Capacidade de Avaliação dos Serviços Ofertados pelo CCM

Durante a análise observamos que as mulheres entrevistadas apesar de não terem um espaço aberto para colocarem suas dúvidas, sugestões ou críticas, seja por um intermédio direto aos dirigentes ou por uma caixa de sugestões, possuem na sua totalidade senso crítico para avaliar os serviços ofertados pela instituição.

De acordo com as falas das entrevistadas cada uma com sua interpretação, o CCM consegue transmitir sua missão: Um espaço de qualificação e formação em cidadania, onde mulheres de diferentes idades, raças e crenças possam se organizar e defender seus direitos sociais, econômicos e culturais. Propõem participar de ações e projetos que estimulem a implementação de políticas de igualdade potencializando, por meio de acompanhamento participativo, os serviços públicos existentes de tal modo a atender a suas necessidades e da sua comunidade.

“A missão do CCM é informar as pessoas, oferecer oportunidade de

aprender cursos e de gerar renda”.(Entrev.1).

“Acho que diz respeito à cidadania e inclusão das pessoas”.(Entrev.2).

“Dar as mulheres mais cidadania e um espaço para aprenderem coisas novas”.(Entrev.3).

Segundo duas entrevistadas, os profissionais que ministram as oficinas são qualificados, possuem conteúdo teórico e prático para facilitarem e dinamizarem suas aulas.

“Acredito que os profissionais são qualificados e tem cursos”. (Entrev.1).

“Passam com facilidade o conteúdo aplicado e sinto confiança e sabedoria no que dizem, isso pra mim mostra que eles são qualificados”. (Entrev.2).

No entanto, uma das entrevistadas até acredita que os profissionais são qualificados, porém, o quesito treinamento tem um enfoque bem fundamentado para ela.

“Os profissionais são qualificados. Mas precisam de mais treinamento. Acho que eles precisam de mais treinamento porque às vezes acho que passam insegurança pra gente, não sinto firmeza em algumas aulas”.(Entrev.3).

Sua declaração afirma o que se reproduz diante do desempenho de qualquer profissional, independente da sua área de atuação. Não basta ter cursos, diplomas, um bom conhecimento ou embasamento teórico se na prática não se consegue transmitir o conteúdo com segurança, se o que está sendo dito não há consistência, enfim, uma boa atuação profissional vai além do conhecimento é necessário saber conduzir o aprendizado.

A divulgação do CCM não é muito eficaz, de acordo com a tabela do perfil das mulheres que freqüentam a instituição, a qual nos indica que as mulheres estão tendo conhecimento sobre as atividades oferecidas, por intermédio de indicações de outras usuárias, avaliamos que por parte do estabelecimento não existe um trabalho eficiente de divulgação.

Diante desta situação podemos nos questionar o porquê de não haver uma

divulgação mais ampla, que informe realmente a população sobre os seus benefícios.

A partir dos dados coletados para esta análise ficou evidente que uma grande parte dessas mulheres desconhecem a finalidade do estabelecimento, confundem os serviços que são voltados a promover cidadania, visualizar as questões de gênero e promover e tornar efetivo os direitos das mulheres com a delegacia da mulher, a qual ampara a mulher de acordo com a lei. Podemos afirmar tal declaração de acordo com a fala das entrevistadas:

“(...) mais divulgação da instituição para a comunidade (...)”. (Entrev.1)

“Precisa melhorar a divulgação. O espaço ainda é muito confundido com a Delegacia da Mulher. Não tem divulgação. A divulgação que tem é aquela que nós usuárias falamos ou comentamos com nossos amigos e familiares, fora isso não vejo nenhuma”.(Entrev.2)

“O CCM não é divulgado. São muitas as mulheres que procuram o CCM pensando que é delegacia da mulher (...)”.(Entrev.3)

Apesar da instituição não ser muito divulgada, as mulheres afirmam na sua totalidade que o espaço faz um diferencial na região. Se considerarmos que a Capela do Socorro é uma região com alto grau de vulnerabilidade social, submetida a índices de exclusão social e altos indicadores de violência, o CCM consegue mesmo que de uma forma abreviada proporcionar autonomia e cidadania ao seu público alvo, mas carece de instrumentos de divulgação de suas ações.

“Faz um diferencial, porque antes só existia a instituição das freiras, onde é muito rígido aqui no CCM temos o direito de escolha, optar pelo que queremos ou não fazer”. (Entrev.1)

“(...) proporciona conhecimento e estabelece amizades. Faz um diferencial porque é um vínculo a mais que acontece na nossa vida, é algo muito bom”. (Entrev.2)

“(...) por dar as mulheres oportunidades de gerar renda e ter aprendizado”. (Entrev.3)

De acordo com as entrevistadas no CCM não existe um espaço para realização de assembléias, que nesse caso se constituiriam em um lugar para o empoderamento dessas mulheres a partir da vivência institucional, que possibilitasse a avaliação dos serviços e sugestões de melhoria, um lugar que dê a elas a oportunidade de questionar,

de sugerir e de até criticar alguma ação, dessa forma as usuárias ficam impossibilitadas de colocar suas necessidades, reclamações e dúvidas formalmente.

Conforme o Conceito de Gênero no Planejamento do Desenvolvimento, a participação das mulheres no processo de tomada de decisões é muito inferior à dos homens, em qualquer nível: do coletivo (nos parlamentos conselhos, associações e sindicatos) ao individual (nos locais de trabalho ou entre casais) dos lugares onde as mulheres são sub representados, aqueles onde as mulheres são maioria (associações comunitárias ou profissionais), mas onde, no entanto, suas opiniões têm menos peso. **(Conceito de Gênero..., 1995, p.24).**

O que podemos afirmar é que no exato momento essas mulheres não conseguem reconhecer tal proposta, ela praticamente é inexistente segundo suas concepções.

Geração de Renda

O CCM oferece cursos de capacitação profissional, onde se aprende a confeccionar materiais que podem ser comercializados, incentivando assim a geração de renda. Para aquelas mulheres que estão desempregadas pode ser uma solução de se firmar economicamente e uma opção também para quem sonha em montar seu próprio negócio. Percebemos que os cursos voltados para as mulheres para capacitá-las encontra-se muito ligado ao âmbito doméstico ou a funções relativamente pré-concebida as mulheres, como por exemplo, o artesanato, não investindo em outras formas de preparação e formação.

De acordo com o Conceito de Gênero no Planejamento do Desenvolvimento, idéias preconcebidas sobre “trabalho de mulher” são fatores responsáveis pela limitação das oportunidades de emprego para as mulheres, restringindo-as, por exemplo, a tarefas relativas ao lar, cozinha e limpeza. Treinamentos técnicos, científicos e profissionalizantes são cruciais para abrir oportunidades às mulheres e romper os

modelos tradicionais. (Conceito de Gênero...; 1995, p. 23).

Ao término das oficinas, as alunas saem com uma perspectiva de geração de renda, ou seja, de comercializar o produto que aprendeu a fazer.

“(...) conseguir bastante cliente e gerar renda” .(Entrev. 1).

“(...)poder obter uma renda (...)” . (Entrev. 2).

“(...)Por acreditar que posso ter uma renda ,sei que se me esforçar bastante irei conseguir montar meu próprio negócio” . (Entrev.3).

O objetivo das oficinas oferecidas no Centro de Cidadania da Mulher é promover a capacitação profissional das mulheres atendidas, na opinião das entrevistadas, a instituição consegue alcançar este objetivo, podemos perceber nas declarações abaixo:

“(...) para se capacitar é preciso se dedicar” . (Entrev. 1).

“(...) tudo que agente aprende podemos com muita dedicação reverter em lucro. Aprendemos coisas que podemos confeccionar e trabalhar com isso vai da opção de cada um. Mas pra mim, promove capacitação profissional” . (Entrev. 2).

“Sim, vai de cada um, mas o CCM capacita as mulheres, mas se você não quer se capacitar ai vai de você, eles fazem a sua parte” . (Entrev.3).

Confeccionando os produtos artesanais e fazendo parte das aulas, a possibilidade desta mulher de se tornaricineira é bem maior, além da perspectiva de obtenção de renda. O que é aprendido durante as oficinas pode ser convertido em lucro ou não, dependendo do tipo de comercialização, a relação custo X benefício faz um grande diferencial para elas enquanto autônomas, por ser um trabalho totalmente artesanal.

“(...) ensino o que aprendi, souicineira de tricô ponto cruz no período da tarde em outra instituição” .(Entrev. 1).

“Sim, das oficinas que participei aprendi coisas que podem ser comercializados(...)” . (Entrev. 2).

“(...) tem que fazer o preço conforme a região (...)” . (Entrev. 2)

“(...) o trabalho manual é mais caro do que um que é produzido na fábrica. A gente perde muito, é como dizem aquela relação custo X benefício” . (Entrev. 3).

Apesar de uma grande parte das oficinas trazerem como benefício à geração de renda, não são todas as mulheres que tem essa preocupação ou objetivo como meta estabelecida. O lazer também é bastante configurado na realidade delas, muitas participam das atividades apenas para ficarem mais atualizadas.

Diversamente do passado, no qual as mulheres constituíam pelo casamento e maternidade, os seus projetos de vida hoje é cada vez maior o número de mulheres que querem construir projetos mais amplos, que incluam o bem estar do grupo familiar, mas também, outros que simbolizem o espaço em reconhecimento pessoal. (Coelho, 2002, p. 74).

Como podemos analisar na fala da entrevistada número 2, para ela seu aprendizado apenas lhe proporciona uma forma de produzir materiais que possam ser presenteados.

“(...) nunca tive lucro com isso, porque nunca fiz para vender. Apenas por lazer e para presentear amigos e familiares”. (Entrev. 2).

As mulheres ao produzirem seus materiais artesanais, automaticamente formam um pequeno estoque. Sendo assim, o CCM procura divulgar os materiais confeccionados por elas, para que de alguma forma a comunidade tome conhecimento sobre ação que é desenvolvida na instituição. Apesar de essa divulgação ser bastante sintética, segundo as entrevistadas.

“Quando realizam eventos podemos trazer nosso material e expor, se as pessoas vierem comprar e por algum motivo não ter o produto, elas podem encomendar. Mas só podem expor os materiais àquelas mulheres que participam das atividades do CCM”. (Entrev. 1).

“(...) só podemos divulgar nossos materiais quando tem eventos comemorativos (...) deveria ter um espaço aberto todos os dias e não apenas em datas especiais”. (Entrev. 2).

“(...) os eventos que são realizados para tal divulgação ocorre apenas em datas comemorativas (...)”. (Entrev. 3).

Diante das afirmações é explícito que estes materiais só são expostos em épocas comemorativas. Não é rotina de a instituição expor diariamente os artesanatos

confeccionados pelas usuárias. Sendo assim, a população não acompanha de perto o desenvolvimento das ações realizadas, apenas com dias e horários programados.

Projetos Futuros

Dentro dos planos futuros das entrevistadas, duas delas pretendem dar continuidade aos estudos. Elas sabem e consideram a importância destes e tem como meta a ser realizada iniciar ou dar continuidade aos estudos, é indispensável nas suas concepções.

Os Indicadores Sociais – IBGE (2007), informam que a escolaridade da mulher continua maior que a dos homens e que as mulheres no ano de 2006 representavam cerca de 57,5% no ensino superior.

Na atualidade, já existe uma maior facilidade, ou seja, uma maior acessibilidade para darem continuidade aos estudos, embora já tenham mais de cinquenta anos, isto não as impedem de ir em busca de conhecimentos e alcançar seus sonhos e objetivos.

“Faço informática e pretendo continuar estudando. Gostaria de fazer línguas ou filosofia para dar aulas” (Entrev. 1).

“Pretendo continuar, fazer supletivo, apesar da minha idade, mas gostaria sim de continuar os estudos” (Entrev. 3).

A entrevistada número 2 não pretende continuar os estudo.

“(…) Acho que já passei da idade para isso. Não pretendo estudar”.
(Entrev. 2).

A sociedade estipula idade para estudar, enquanto que para obter conhecimento não tem um tempo certo, nunca é tarde para se aprender.

O saber abre novos caminhos, novas oportunidades. Embora o nosso cotidiano discrimine quem não tem estudo, como por exemplo, quem pode ser excluído do

mercado de trabalho, essa realidade também não incentiva os mesmos a viabilizarem meios para darem continuidade a sua formação.

Portanto, a educação fica sempre na responsabilidade do indivíduo, uma vez que deveria ser obrigação do Estado de manter esse direito. Cabe a ele “lutar” por oportunidades para ampliar sua especialização.

Faleiros descreve que dentro deste contexto, os pobres mais uma vez, passam a ser culpabilizados por sua despreparação, o que deveria ser garantido pelo Estado, como um ensino de qualidade, por exemplo, passa a ser responsabilidade inteiramente da sociedade civil. (Faleiros, 2001, p. 45).

Cidadania e Legislação

Atualmente a mulher tem mais amparo perante a lei no que diz respeito a direitos e proteção, o segmento feminino vem ganhado um grande espaço no âmbito legal. Os espaços de convivência social como instituições e organizações abordam estes assuntos em forma de palestras e assembléias de maneira que as mulheres sejam orientadas e conhecedoras de seus direitos como cidadãs.

A cidadania está relacionada ao surgimento da vida na cidade, à capacidade de os homens exercerem direitos e deveres de cidadão. Reside na possibilidade de fazer ligação entre os desejos e as necessidades dos homens, enquanto indivíduos (subjetividades) e enquanto sujeitos grupais do bairro, nas fábricas, sindicatos, partidos, até chegar no âmbito global da sociedade. (Covre, 2003, p. 9).

Confirmamos através das declarações das entrevistadas que o CCM promove este tipo de ações ou atividades.

“(...) teve uma palestra sobre sexualidade e DST que me ajudou muito, teve também sobre raça é bom porque às vezes consigo ajudar as outras pessoas com as informações que tenho aqui, ou seja, o que absorvo nessas palestras eu multiplico para colegas e vizinhos”. (Entrev. 1).

Cidadão é o indivíduo que está no pleno gozo de exercer seus direitos e deveres civis e políticos. Todo cidadão tem direitos e deveres a serem cumpridos, direitos estes de ter uma vida digna, tendo uma casa para morar, acesso a uma escola de qualidade, acessibilidade a bons serviços de saúde, condições de alimentar e vestir-se bem, ter ingresso à cultura e alguns bens de consumo que o mundo hoje nos oferece.

Esses três conjuntos de direitos (direitos civis, direitos sociais e direitos políticos) não podem ser desvinculados, pois sua efetiva realização depende de sua relação recíproca”. (Covre, 2003, p.15).

Para ser um cidadão brasileiro por completo é preciso conhecer seus direitos e deveres que estão no artigo 5º da Constituição Federal, pois é ela que rege a vida do país. Conforme o artigo 5º “Todos são iguais perante a lei sem distinção de qualquer natureza”.

A Constituição também fala de “inviolabilidade”, ou seja, é o que está protegido contra qualquer tipo de violência, sendo assim não pode haver violência contra a vida, contra a liberdade, a igualdade, a segurança e a propriedade.

Além da Constituição, a mulher também está amparada pela lei Maria da Penha decretada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva em 7 de agosto de 2006. Lei que veio para proteger a mulher de qualquer tipo de violência doméstica, esta modificou o código penal e possibilitou que agressores de mulheres e ambiente doméstico ou familiar fossem presos em flagrante ou tenham sua prisão preventiva decretada. A nova lei ainda prevê medidas que vão desde a saída do agressor do domicílio e a proibição de sua aproximação da mulher agredida e filhos.

A lei Maria da Penha é bastante divulgada pelo Centro de Cidadania da Mulher e podemos perceber pelas declarações das mulheres, ao perguntarmos se tinham conhecimento de alguma lei, esta foi a única citada por elas..

“(…) Lei Maria da Penha e a delegacia da Mulher inclusive já usei, foi lá que me vali, ferri um homem lá”.(Entrev. 1).

“(…) Lei Maria da Penha”.(Entrev. 2).

“(…) Maria da Penha”.(Entrev. 3).

Enquanto um local de promoção de cidadania, o CCM transfere informações às mulheres, que as ajudam a ter um amparo legal caso necessite. É uma forma de viabilizar informações para as mulheres, no sentido de fazê-las conhecedoras dos seus direitos e poder transmitir seus conhecimentos a quem necessite. Esta lei é bem enfatizada na instituição e muitos exemplares ficam a disposição das usuárias do serviço.

Considerações Finais

Percebemos que o CCM é um espaço social de grande importância, principalmente pela prática de atenção exclusiva às mulheres e acreditamos ser de grande valia tornar público as suas atividades e propostas.

Por se tratar de um espaço de convivência, percebemos que as mulheres que freqüentam a instituição gostam de estar ali, sentem-se bem, e as relações de amizades estabelecidas entre elas não se baseiam apenas em concretizar parcerias nas atividades artísticas ou físicas, mas também, um meio encontrado para que elas possam interagir com outras pessoas.

Como informado na pesquisa a maioria das mulheres freqüentadoras possuem de 30 a 60 anos, o que simboliza 76,12% da demanda atendida, apesar de não estipular limite de idade para as usuárias freqüentadoras.

O fato de a instituição funcionar apenas no horário comercial impacta muito no seu atendimento, pois limita o acesso das mulheres da região Capela do Socorro aos serviços. Sendo assim, percebemos a predominância das mulheres que não trabalham como as principais usuárias do equipamento.

Neste sentido é perceptível a fragilidade institucional no que tange a promoção da cidadania pelo viés da acessibilidade, ao limitar a demanda, selecionando a mesma, não oportunizando a universalização do acesso a comunidade.

Apesar de a instituição viabilizar as questões gênero, de ter ações contra as desigualdades existentes entre os homens e as mulheres, de enfatizar fortemente essa temática, o discurso não se efetiva em uma ação prática na realidade destas mulheres. Conforme as informações das entrevistadas, todas elas, ainda permanecem limitadas as atividades de vida doméstica com pouca ou nenhuma participação social ou

comunitária, sendo o único espaço social, a sua casa e o CCM.

Gênero enfrenta o desafio de se contrapor àquelas concepções tradicionais acomodadas nas mentalidades conservadoras de aceitar como “naturais” a visibilidade e a desvalorização social das “ditas atividades femininas”, como o trabalho doméstico, o cuidar das pessoas e de sua infra-estrutura etc., e ao mesmo tempo, considerar o superdimensionamento dos valores “ditos masculinos” como parte da natureza humana. (TELES, 2006, p. 50).

De acordo com as entrevistas, quem mantêm a casa financeiramente são seus cônjuges. Podemos perceber que a renda que circula nestes lares provém da autoridade masculina. Talvez um dos motivos para tal situação, seja o fato das mulheres que compõem a demanda não se encontrarem em idade ativa para fazer parte do mercado de trabalho. As posições sócio-históricas enraizadas pela sociedade de origem patriarcal determina os papéis, a mulher cabe dedicar-se a casa e ao homem estabelecer as relações sociais e ser responsável pelas despesas do lar.

Segundo Albornoz, a instituição familiar contemporânea vem se transformando, mas continua sendo o lugar privilegiado de reprodução da opressão da mulher. (Albornoz, 1985, p. 16).

A inclusão da mulher no mercado de trabalho ocorre como uma importante conquista para a mulher na sociedade, porém, esse campo ainda é muito conservador e destina um espaço maior aos homens, seja nas diferenças salariais ou nas posições de superioridade ocupadas por eles.

A pesquisa confirma que o Centro de Cidadania da Mulher é um espaço no qual há possibilidade das usuárias exercerem o seu direito de escolha, pois desde o preenchimento do cadastro (possuem livre acesso em optar por qual (is) atividade (s) desejam participar até a prática das mesmas. Durante a pesquisa, esse posicionamento da instituição é visto com “bons olhos” pelas usuárias, pois existe um estabelecimento próximo que não proporciona este direito de escolha, porque para participar de uma

oficina é necessário que participem de todas as outras atividades existentes no local, o que torna o CCM um espaço diferenciado.

Entretanto, ao mesmo tempo em que o espaço procura trabalhar essa liberdade com as usuárias, no local não existe um espaço destinado às mulheres para que elas opinem ou até mesmo ofereçam as suas contribuições para um melhor andamento da organização, a exemplo de assembleias. Neste sentido, não há o investimento na sua participação ativa, não são ouvidas e devem aceitar as imposições feitas pela organização sem a possibilidade de sugerir o que seria mais apropriado para elas ou não. Por se tratar de uma organização pública, acreditamos que deveria destinar um espaço para as propostas das usuárias, visto tratar-se de uma instituição que propõe a efetivação da cidadania.

Durante a análise percebemos que a maior parte dessas mulheres multiplica o conhecimento adquirido na instituição, seus relatos nos indicam que gostam e se sentem úteis em realizar atividades que proporcione não somente um bem estar para si, mas também, na passagem dos seus conhecimentos e informações adquiridas a seus familiares e amigos.

De todas as atividades disponíveis para as usuárias, o artesanato representa um valor significativo na preferência das mesmas. A idade média da demanda apresentada, influencia muito neste resultado. Se avaliarmos em que momento histórico estas mulheres foram criadas, o qual eram educadas para ser uma boa dona-de-casa, estas atividades artísticas (bordado, crochê, tricô, etc) faziam parte de sua formação enquanto representantes do lar.

O artesanato oferecido pela instituição é uma forma de capacitação profissional, onde elas podem obter alguma renda sem se ausentar de sua residência. Ela determina através desta atividade seu ritmo de produção sem abrir mão dos seus afazeres domésticos. Entretanto, no que diz respeito à geração de renda não ultrapassa este universo, a qualificação oferecida às mulheres se baseia apenas nesta oficina

específica, não existem propostas efetivas para o investimento em outras profissões ligadas a tecnologia (computação), educação (idiomas), autônoma (cabeleleiro, manicure), assumam o espaço. Atividades que as próprias usuárias no ato do cadastro solicitam para participar na instituição.

A formação educacional das mulheres que freqüentam a organização varia do Ensino Fundamental Incompleto 32,84% ao Ensino Médio Completo 38,06%. De acordo com as entrevistas, a maioria das mulheres possui como objetivo dar continuidade aos estudos. Essa afirmação demonstra que independente da idade ou do comprometimento para com o lar, elas possuem uma perspectiva de vida melhor no âmbito da educação, desejam ampliar seus conhecimentos e assim poderão se emancipar enquanto cidadãs.

A maior parte das mulheres que freqüentam a instituição possui casa própria, porém, através da pesquisa cadastral constatamos que estas se localizam em áreas de mananciais, percebemos que a realidade dessas mulheres é bem diferente do que está prescrito nos direitos constitucionais.

O CCM como membro que promove a cidadania não disponibiliza nenhum projeto que possa contribuir para a mudança da realidade dessas mulheres. Não percebemos durante o processo de pesquisa a intervenção do serviço social quanto investigação e intervenção nas condições sociais das usuárias.

Existem ainda muitos desafios para serem enfrentados pela instituição, para que ela possa e consiga desempenhar seu objetivo. É necessário que haja uma transformação. Uma instituição que garante a sua divulgação apenas no “boca a boca”, infelizmente, não demonstra uma preocupação em ampliar e efetivar suas propostas e projetos para todas as mulheres da região, apenas trabalha com a demanda que a procura. Entre os desafios encontra-se ainda, a necessidade de firmar uma identidade institucional, já que o CCM por vezes é confundido com a delegacia da mulher, o local não oferece um acompanhamento social para as usuárias e não disponibiliza um

espaço aberto para as sugestões da comunidade.

Diante de todo levantamento realizado, afirmamos que as ações e atividades desenvolvidas no CCM no sentido de proporcionar cidadania feminina é apenas sutil. As ações existentes são ainda superficiais e limitam as mesmas no exercício de sua emancipação como sujeito. Trata-se de ações focalizadas que visam atender a demanda que procura o equipamento, não se constitui enquanto um espaço democrático para todas, mas um local público reservado apenas para a parte da população que se encontra disponível para acessar este serviço.

Assim sendo, acreditamos ser necessária uma maior articulação da instituição com redes e parcerias, para ajudar na divulgação dos serviços e a criar uma identidade que clarifique a finalidade da instituição.

Percebemos a necessidade de expansão de espaços mais democráticos para uma melhor comunicação entre a instituição e as usuárias. É de fundamental importância a criação de encontros onde às mulheres possam questionar, sugerir, reivindicar ou qualificar as ações desenvolvidas, como por exemplo, reuniões, assembléias ou mesmo uma caixa de sugestões.

A concepção de cidadania representa direitos (políticos, sociais e civis) e a instituição possui como missão oferecer a efetivação desses para suas usuárias, porém, é preciso elaborar ações que contribuam com maior ênfase nesses direitos.

Entendemos tratar-se de uma política pública recente, assim como também é inovadora a proposta institucional, mas com o intuito de fortalecimento e qualificação de suas ações no alcance de seus objetivos, acreditamos ser preciso trabalhar estes aspectos, no sentido de ampliar a atenção a demanda no que tange a acessibilidade e na qualidade dos serviços ofertados na busca pela cidadania, tendo como norte principal que essas mulheres devem ser autoras de sua própria história.

Referências Bibliográficas

ALBORNOZ, Suzana. **Na Condição de Mulher**. Santa Cruz do Sul: Associação Pró-Esino em Santa Cruz, 1985.

BRUSCHINI, C; COSTA, A. **Uma Questão de Gênero** – São Paulo: Rosa dos Tempos, Fundação Carlos Chagas, 1992.

CANÔAS, Cilene Swain. **O Olhar Feminino Sobre 2010**. In: A Construção da Cidadania da Mulher Brasileira. Ed.Texto Novo, 1997.

CARLOTO, C.M. **Revista Serviço & Sociedade n° 86 – Espaços Públicos e Direitos Sociais**. In: Gênero, Políticas Públicas e Centralidade na Família. São Paulo: Cortez, 2004.

COELHO, Virginia Paes. **Revista Serviço Social & Sociedade n° 71**- In: Trabalho da Mulher, relações familiares e qualidade de vida. São Paulo: Cortez, 2002.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

CLT Saraiva & Constituição Federal. In: art. 5º. São Paulo: Saraiva, 2008.

COVRE, Maria de Lourdes Manzine. **O que é Cidadania**. Ed: Brasiliense, 1995.

FALEIROS, V.P. **Estratégias em Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2001.

FRAGA, Paulo Denisar. **Revista Serviço Social & Sociedade n° 70** - In: Violência: forma do ser social. São Paulo: Cortez, 2002.

GONCALVES, F. **Revista da Zona Norte**. In: A Valorização do Feminino na Construção da Nova Mulher. Ano 10 , n° 80. Março de 2008.

Leone, Eugenia Troncoso. **Trabalho e Gênero: Mudanças, Permanência, e Desafios**, Campinas: ABEP, NEPO / UNICAMP E CEDEPLAR / UFMG / São Paulo, 2000.

LUDKE, Menga e André, Marli E.D.A – **Pesquisa em Educação. Abordagens Qualitativas**, São Paulo: EPU, 2008.

ONU. **Conceito de Gênero no Planejamento do Desenvolvimento: Uma Abordagem Básica**. Publicação do Conselho dos Direitos da Mulher do Distrito Federal GDF. Fórum Nacional de Organismos Governamentais de Direitos da Mulher Brasil, 1995.

Priore, Mary Del; Bassanezi, Carla; Pinsky, Jaime C. **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2007.

SAFFIOTI, Heleith; Munõs, I.B. **Mulher Brasileira é Assim**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994.

SAFFIOTI, Heleith. **O Poder do Macho** In: Papéis Sociais Atribuídos às Diferentes Categorias de Sexo. São Paulo: Moderna, 1987.

SEVERINO, J.A. **Metodologia do Trabalho Científico**, 23º Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SILVEIRA, Maria Lúcia. **Políticas Públicas de Gêneros: impasses e desafios para fortalecer a agenda política na perspectiva da igualdade**. In: Políticas Públicas e Igualdade de Gênero. São Paulo: Coordenadoria da mulher, 2004.

VIEZZER, Moema. **O Problema não está na Mulher**, (Coleção biblioteca da educação.Série 3.Mulher Tempo;v.2). São Paulo: Cortez, 1989.

Sites

www.almanaque.fcontee.org.br/secretarias. Acesso em: 16/02/2009

www.fcc.org.br/mulher/series_historicas/mtf.html. Acesso em: 20/03/2009

www.folha.uol.com.br/anos60.htm. Acesso em: 10/04/2009

www.ibge.gov.br/home/. Acesso em: 05/11/2008

www.seade.gov.br/, 2005. Acesso em 17/11/2008.

<http://www.violenciamulher.org.br>. Acesso em: 08/05/2009

Anexo

Roteiro de Perguntas (Entrevista)

Dados Pessoais

Nome _____

Idade _____

Estado civil _____

Escolaridade _____

1-Tem filhos? () Sim Nº de filhos ____ () Não

2-Trabalha? () Sim () Não

3- Desempregada? () Sim () Não há quanto tempo _____

A Instituição

4- Você conhece a missão do CCM?

5- Você acredita que os profissionais que compõem a equipe do CCM são qualificados? Por quê?

6- Você indicaria o CCM para alguém conhecido? Por quê?

7- Na sua opinião o CCM é acessível á todos? Ele é divulgado?

8- O CCM faz um diferencial para região? Por que?

9- No CCM há assembléias para discussão sobre o funcionamento da instituição? (mais propostas e sugestões das usuárias).

10- Das atividades oferecidas, qual é a que você mais se identifica? Explique.

11- Ao freqüentar o CCM você notou alguma mudança na sua vida pessoal? Quais?

12- O CCM ajuda a promover os materiais confeccionados pelos alunos, para comunidade? De que forma?

- 13- Por que a sua decisão em optar a participar das atividades oferecidas pelo CCM e não ficar em casa exercendo uma outra atividade?
- 14- Qual a opinião dos seus familiares em relação a sua ausência do lar?
- 15- Qual a sua expectativa ao termino de uma oficina?
- 16- Você acredita que o CCM promove capacitação profissional ?
- 17- Das oficinas que você participou aprendeu a produzir algo que possa ser comercializado?já obteve algum lucro com o produto?
- 18- Você conhece algum aluno que após o termino da oficina abriu seu próprio negócio?ou mesmo comercializa este produto e obtém lucro?
- 19- No CCM existe grupos de discussão de direitos /legislação cidadania?
- 20- O CCM promove cursos de inclusão digital?(informática)
- 21- O CCM faz encaminhamento para vagas de trabalho?

Dentro de casa (lar)

- 22- Na sua casa, como é distribuída as atividades domésticas? Quem faz o quê?
- 23- Você conhece alguma lei que ampara a mulher? Qual?
- 24- Quem mantém a família financeiramente?
- 25- As despesas financeiras da sua casa são feitas por quem? Explique.
- 26- Você estuda ou pretende continuar os estudos? Qual profissão escolheria e por quê?
- 27- As decisões da vida familiar são tomadas por quem?(educação dos filhos,compra,mudanças etc..)
- 28- Você tem algum conhecimento em informática?
- 29- Além do CCM qual a outra instituição que você frequênta?
- 30- Você participa de algum movimento social (org. de bairro, partido político etc.)?

31- Você tem sugestões de melhoria para o CCM?

32- Você frequenta serviços públicos (saúde, educação, etc.)?